

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIAS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

PEDRO AUGUSTO GOMIDE VARGAS PINHEIRO

**PORTUGAL, ANGOLA E O MUNDO GLOBAL:
DO IMPÉRIO AOS MOVIMENTOS DE INDEPENDÊNCIA**

GOIÂNIA

2024

PEDRO AUGUSTO GOMIDE VARGAS PINHEIRO

**PORTUGAL, ANGOLA E O MUNDO GLOBAL:
DO IMPÉRIO AOS MOVIMENTOS DE INDEPENDÊNCIA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel(a) em Relações Internacionais.

Orientador(a): Dr. Danillo Alarcon

GOIÂNIA

2024

Pinheiro, Pedro. 2024.

Portugal, Angola e o Mundo Global: Do Império aos Movimentos de Independência/ Pedro Augusto Gomide Vargas Pinheiro – Goiânia, 2024.
Total de folhas: 68 f. il.

Orientador: Prof. Dr. Danillo Alarcon

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2024.

1. Portugal. 2. Angola. 3. Nacionalismo. 4. Colonialismo. 5. História Global. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. Portugal, Angola e o Mundo Global: Do Império aos Movimentos de Independência

FOLHA DE APROVAÇÃO

PEDRO AUGUSTO GOMIDE VARGAS PINHEIRO
PORTUGAL, ANGOLA E O MUNDO GLOBAL:
DO IMPÉRIO AOS MOVIMENTOS DE INDEPENDÊNCIA

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador(a): Dr. Danillo Alarcon

Aprovada em 05 de dezembro de 2024

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Danillo Alarcon (Orientador – PUC Goiás)

Dra. Maria Cristina Ferreira Nunes Neto (PUC Goiás)

Me. Leandro Bernardes Borges (PUC Goiás)

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo examinar a relação de Portugal e Angola durante os anos de 1932 a 1968 visando estudar a função do processo colonial para a estruturação do projeto nacionalista do regime salazarista. Busca-se a compreensão das táticas praticadas pelo Estado Novo para conquistar suas aspirações em meio a diferentes momentos históricos, sendo a Guerra Fria o principal enfoque dessa monografia, baseando-se nas provocações metodológicas de Diego Olstein (2014) da História Global. O método de pesquisa é qualitativo, utilizando principalmente fontes secundárias, com algumas fontes primárias do Arquivo da Torre do Tombo e o *Office of the Historian*, de Portugal e dos Estados Unidos, respectivamente. As principais fontes desse trabalho são: “The Origins of the Angolan Civil War: International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976”, de Guimarães (1992), “Kennedy e Salazar: o leão e a raposa”, de Antunes (2013) e “The History of Angola” de Ball (2017). Para manter o controle dos territórios coloniais, o discurso lusitano era independente do governante. Desde o Rei até Salazar, o Estado retornava a uma glória já perdida há séculos como meio de vociferar suas reivindicações. Conclui-se que o regime salazarista apresentava uma orientação colonial intrínseca e inovadora que os governos anteriores não desenvolveram, nesse processo ocorreu um aumento significativo do autoritarismo estatal contra a população local. Consequentemente, misturando-se às ideias nacionalistas da formação de uma nação angolana com o ressentimento de um governo abusivo, nasceu a luta armada pela independência.

Palavras-chave: Portugal; Angola; Nacionalismo; Colonialismo; História Global.

ABSTRACT

The aim of this monograph is to examine the relationship between Portugal and Angola in the years of 1932 and 1968 to study the role of the colonial process in structuring the nationalist project of the Salazar regime. The aim is to understand the tactics used by the Estado Novo to achieve its aspirations in different historical moments, with the Cold War being the focus of this monograph, based on the methodological provocations of Diego Olstein (2014) from Global History. The research method is qualitative, using mainly secondary sources, but also complemented by primary sources from the Torre do Tombo Archive and the Office of the Historian, in Portugal and the United States, respectively. The main sources for this work are “The Origins of the Angolan Civil War: International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976”, by Guimarães (1992), “Kennedy e Salazar: o leão e a raposa”, by Antunes (2013) and “The History of Angola” by Ball (2017). To maintain control of the colonial territories, the Lusitanian discourse was independent of the ruler. From the King to Salazar, the state returned to a glory that had been lost for centuries as a means of voicing its demands. It can be concluded that the Salazar regime had an intrinsic and innovative colonial orientation that previous governments had not developed, therefore this process was a significant increase in state authoritarianism against the native population. Consequently, the armed struggle for independence was born out of a mixture of nationalist ideas about the formation of an Angolan nation and resentment of an abusive government.

Key Words: Portugal; Angola; Nationalism; Colonialism; Global History.

LISTA DE FIGURAS/QUADROS

Figura 1 – Mapa de Angola, 1885.....	15
Figura 2 – Mapa Cor-de-Rosa de Portugal.....	19
Figura 3 – Déficit Orçamentário de Portugal.....	25
Figura 4 – Ferrovia de Benguela.....	25
Figura 5 – Rede de Dependência de Investimento Externo Angola, 1913.....	26
Figura 6 – Estrutura hierárquica colonial nos anos 1950.....	30
Figura 7 – Localização do Arquipélago de Açores.....	35
Figura 8 – Portugal não é um país pequeno.....	41
Figura 9 – População branca em Angola.....	45
Figura 10 – Propaganda Salazarista: antiamericanismo e anticomunismo.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AEV – Ação Escolar de Vanguarda
- CIA – Central de Inteligência Americana
- EUA – Estados Unidos da América
- FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
- GRAE – Governo de Resistência de Angola no Exílio
- MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- OUA – Organização da Unidade Africana
- PCP – Partido Comunista Português
- PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado
- PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
- UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
- UPA – União das Populações de Angola
- UPNA – União das Populações do Norte de Angola
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 PORTUGAL, ANGOLA E O JOGO DE INTERESSES GLOBAIS AO LONGO DE SÉCULOS.....	12
1.1 A EXPLORAÇÃO PORTUGUESA NA ÁFRICA ATÉ O SÉCULO XIX.....	12
1.1.1 A Conferência de Berlim e a corrida pela África.....	17
1.2 PORTUGAL REPÚBLICA (1910)	21
1.2.1 A abertura econômica de Angola durante a república portuguesa.....	24
1.3 SALAZAR NO PODER.....	26
1.4 A DITADURA DE SALAZAR EM SEUS MÚLTIPLOS CONTEXTOS.....	30
2 “TODAS AS PROVÍNCIAS DE PORTUGAL DEVEM SE FUNDIR EM UMA ECONOMIA LUSITANA INTEGRADA”: O SALAZARISMO E ANGOLA ATÉ OS CONFLITOS PELA INDEPENDÊNCIA.....	33
2.1 SALAZAR ENTRE O URSO E A ÁGUIA.....	34
2.2 PORTUGAL NA DÉCADA DE 1950: DIPLOMACIA E PROPAGANDA.....	39
2.2.1 Portugal e Angola: nacionalismo e anticolonialismo.....	43
2.3 AS PRIMEIRAS MOVIMENTAÇÕES PELA INDEPENDÊNCIA EM ANGOLA	49
2.4 GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA E AS REAÇÕES INTERNACIONAIS.....	53
2.4.1 O mundo contra Portugal.....	54
CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS.....	65

INTRODUÇÃO

No campo de Relações Internacionais no Brasil, estuda-se com certa ênfase a história de Portugal e suas relações exteriores até o momento em que o Brasil ganha a sua independência. Após 1822, existe um interesse limitado na bibliografia portuguesa no contexto acadêmico brasileiro. A relação de Portugal com as colônias luso-africanas como Angola costuma aparecer nos estudos do tráfico de escravos ou apresentadas como prelúdio para a guerra civil angolana iniciada na década de 1970, mas existem poucos trabalhos que exploram a relação dessas sociedades de maneira profunda. A relação entre Portugal e Angola ao longo da história não se encontra limitada ao contexto intrínseco entre colônia e colonizador. É possível conectar acontecimentos interligados pouco aparentes em um processo amplo, uma cadeia de eventos vinculada a influência internacional presente nessas dinâmicas que vão além do nacional.

O presente trabalho tem como objetivo examinar a relação de Portugal e Angola durante o Estado Novo português visando a compreensão do papel da colonização para a formulação do projeto nacionalista do ditador Antônio de Oliveira Salazar. Como objetivos específicos, a monografia busca avaliar as estratégias utilizadas pelo regime para conquistar seus interesses enquanto o mundo se aprofundava em diferentes contextos globais, tendo a Guerra Fria como palco principal. Esta é uma pesquisa qualitativa, que parte de fontes secundárias, mas usa, eventualmente, fontes primárias do Arquivo da Torre do Tombo e o *Office of the Historian*, de Portugal e dos Estados Unidos, respectivamente. As principais obras examinadas são: a) “The Origins of the Angolan Civil War :International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976”, de Guimarães (1992); b) “Kennedy e Salazar: o leão e a raposa”, de Antunes (2013); c) “The History of Angola” de Ball (2017).

A metodologia da obra de Diego Olstein (2014), *Thinking History Globally*, serviu como inspiração para o desenvolvimento do presente trabalho. Nela, o escritor desenvolve a noção de que a história necessita de estudos que superem os limites do nacional. Pois pensar em uma história global permite realizar conexões entre eventos históricos, aprofundando a capacidade analítica de um estudo ao fazer pontes entre esses acontecimentos e por consequência a qualidade do tema em questão. Essa monografia utiliza a obra como inspiração enquanto trabalha a relação entre Angola e Portugal (nacional) em meio a Guerra Fria (global) e outros momentos históricos, permitindo avaliar com maior clareza os desdobramentos de uma história globalizada.

Durante todo o regime salazarista, o Estado Novo conseguiu mitigar as ameaças nacionais opostas ao seu domínio. Salazar foi hábil em perceber as oportunidades da nova ordem global para proteger seus interesses, seja em nível político, como a concessão de Açores para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ou cultural, no qual atuou habilmente por uma década na propaganda de um estado étnico ideal.

Essa prática, no entanto, demonstrou-se como o adiamento do inevitável. Mesmo com todo o empenho de chamar a atenção dos Estados Unidos para a África como ponto crucial no combate ao socialismo, Salazar não tinha controle sobre a mudança global. Os esforços da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) em reprimir a formação de grupos revolucionários foi considerável, mas o sucesso da independência da África tornava Angola cada vez mais inquieta. Um estopim seria inevitável e em 1960 a posição internacional lusitana começou a ruir. Os anos entre 1956 e 1960 viram a ascensão de países africanos e asiáticos, independentes de seus antigos colonizadores. Essas antigas colônias integraram as Nações Unidas, com dezessete novas admissões em 1960, e tinham em seu repertório enfrentar o colonialismo internacional após sua vitória em nível nacional. Essa mudança estrutural sinalizou um novo bloco anticolonial dentro da ONU, representando um novo fôlego para as resoluções opostas a presença europeia fora do continente (Antunes, 2013).

Durante a monografia, o termo nacionalismo será utilizado em diversos momentos como conclusão dos interesses perpetrados pela nação lusitana por todo o período explorado. É necessário apresentar o significado do termo para facilitar a compreensão da motivação por detrás do Estado Novo. O nacionalismo é uma ideologia política que procura promover o sentimento de pertencimento do povo pela sua nação, exaltando sua cultura, história e símbolos. O objetivo é proteger a sociedade de mudanças julgadas como ameaça, seja o território ou a própria identidade daquela nação. O extremismo dessa ideologia representa a exacerbação do orgulho nacional, dissipando a perspectiva de uma superioridade de um povo em relação a outro (Mereles, 2017).

No caso de Portugal, o movimento nacionalista tinha caráter saudosista por um passado glorioso. O Estado Novo possuía o propósito de remodelar a nação como foi na época das Grandes Navegações. Esse foi o seu auge econômico e de importância global, muito pelo comércio com civilizações fora da Europa, além da exploração e mapeamento de continentes antes desconhecidos aos europeus. Os portugueses seriam herdeiros de uma virtude religiosa católica, seus princípios de ética haviam lhe transformado em uma nação fomentadora do desenvolvimento por intermédio da “missão civilizadora”. Assim, sua função era levar os ideais modernos e desenvolvidos da Europa, nesse caso Portugal, para as sociedades pouco avançadas

dentro da perspectiva da superioridade cultural europeia. O nacionalismo português teceu as ações do regime salazarista perante suas colônias e por consequência Angola. É impossível separar qualquer decisão realizada por Portugal em relação aos territórios ultramarinos do nacionalismo. A ideologia política é evidente em todos os momentos do Estado Novo, sem ela os acontecimentos detalhados nessa monografia teriam sido improváveis. O nacionalismo moldou Portugal e Angola para atender ao próprio projeto indivisivelmente (Lima, 2021).

Para executar esse objetivo é necessário contextualizar o começo histórico da relação entre Portugal e Angola, pois é de suma importância conhecer os eventos que levaram ao tema principal tratado nesse trabalho. De início será apresentado no primeiro capítulo um panorama do processo de colonização na época das grandes navegações. O primeiro contato entre o Reino de Portugal e do Kongo, o tráfico negreiro, a fundação das cidades portuárias e as alianças e conflitos entre os portugueses e os grupos étnicos nativos da África, indo do século XV ao XVIII. Em seguida, será tratado o século XIX e o início do XX, explorando-se a Conferência de Berlim, a corrida pela colonização da África pelas potências europeias, a política e a economia de Angola, a queda da monarquia portuguesa e a ascensão da república. Por último, serão tratadas as origens do Estado Novo sob o comando de Salazar e as políticas coloniais do novo governo durante o período entreguerras e no contexto da segunda guerra mundial.

O segundo capítulo possui uma função analítica e ainda perpassa por eventos históricos como base argumentativa. Apresenta-se a criação da PIDE e sua utilização na proteção do regime, a Guerra Fria e a divisão do mundo entre capitalismo e comunismo; a participação do Estado Novo nesse contexto global bipolar como tática para garantir a soberania sobre seus territórios ultramarinos utilizando-se da base de Açores e da propaganda como arma legitimadora; a formação do nacionalismo angolano e seus movimento de independência; a guerra colonial entre Portugal e os movimentos de resistência; e enfim, o cerco internacional e a relação pendular dos Estados Unidos e Portugal.

Durante toda a história, o discurso português manteve-se idêntico. O reino, a república e a ditadura lusitana voltavam ao passado como argumento para a presença em território africano. Mas, os dados analisados mostram que o Estado Novo possuía uma ambição colonial mais complexa que os antecessores, intensificando também a opressão contra a população negra. Reforça-se ainda que a pesquisa sobre Portugal e Angola durante o Estado Novo na Guerra Fria representa um esforço de trazer maior variedade ao campo das Relações Internacionais. Denota-se uma tentativa de ampliar a presença de assuntos africanos e contextos regionais afetados por questões de um mundo global.

1 PORTUGAL, ANGOLA E O JOGO DE INTERESSES GLOBAIS AO LONGO DE SÉCULOS

O primeiro capítulo explora do século XVI até o XX, terminando na Segunda Guerra Mundial. O objetivo é trazer os antecedentes do regime salazarista, foco principal dessa monografia. O tema principal desse capítulo é buscar as conexões entre o passado de Portugal e o futuro do Estado Novo, isso porque o governo de Antônio Salazar retorna a esse período como inspiração para fundamentar o nacionalismo lusitano. O tempo como um Império Marítimo de relevância global é fundamental para a formação do caráter português e por consequência, as decisões conduzidas pelo governo nessa época.

Iniciando o capítulo, será abordado o primeiro contato de Portugal com os povos que viviam na região da atual Angola, a fundação de cidades costeiras e o início do comércio de escravos. A relação entre os portugueses e as sociedades nativas, que variavam de alianças estratégicas para conflitos na constituição de uma influência portuguesa representam o primeiro passo para a formação da sociedade angolana. As informações apresentadas sobre esse desenvolvimento são essenciais para entender como Portugal iria interagir com essas etnias a partir da fundação das colônias, as diferenças entre elas serão relevantes na formação dos movimentos armados pela independência, que será trabalhado no segundo capítulo.

Prosseguindo, o capítulo vai destrinchar Portugal através do século XIX, quando o reino lusitano estava lidando com pressões internas favoráveis à formação de uma república, conflitos externos com os belgas e franceses pela exploração africana, culminando na Conferência de Berlim e na corrida pela África. Esse processo iria acarretar tensões com o Império Britânico, fortalecendo a insatisfação republicana e ceifando a monarquia portuguesa. Por último, será exposta a queda da república e a ascensão de Salazar, para melhor compreender a formação do Estado Novo e seus objetivos, explorados intensivamente nessa monografia. Ainda neste capítulo, será discutida a pertinência do trabalho de Olstein (2014) para a reflexão sobre as relações de Portugal com suas antigas colônias desde uma perspectiva que ultrapasse os limites nacionais.

1.1 A EXPLORAÇÃO PORTUGUESA NA ÁFRICA ATÉ O SÉCULO XIX

O início do século XVI presenciou a rápida expansão marítima portuguesa e a exploração de novas regiões do globo pouco conhecidas pelos europeus. Diogo Cão liderou a expedição que, em 1483, subiu o Rio do Congo e entrou em contato com o reino africano. Esse

evento marcou o início da presença lusitana no oeste da África central subsaariana. A partir de 1491, o comércio foi firmado entre ambas as partes; essa relação se tornou mais forte conforme a presença de missionários católicos permitiu a conversão das elites africanas e o batismo de indivíduos importantes, como Nzinga a Nkwu, o Manicongo (posição comparável à de um rei). Nesse contexto, o comércio foi ampliado, como também o contato direto entre os dois povos de continentes diferentes. Enquanto os povos do Congo se preocupavam em adquirir artigos de luxo e os serviços de administradores treinados dos portugueses, Portugal se interessava em adquirir escravos para servirem como mão-de-obra para a produção de cana de açúcar na colônia de São Tomé (Ball, 2017).

O mercantilismo, sistema econômico em ascensão no europeu da época, em especial com o início das grandes navegações, moldou muitos dos interesses dos portugueses. Baseado na necessidade expansionista portuguesa, a África se tornou um marco importante na aquisição de recursos materiais e humanos para expandir seus territórios e lucros. Acordos firmados com grupos étnicos em troca de escravos para expandir as colônias portuguesas, como no exemplo do Reino do Congo, se tornaram um processo padrão da construção do estado português, buscando sempre expandir seu poder e recursos (Carregnato, 2010).

A partir de 1514, os congolezes iniciavam campanhas militares com o objetivo de conquistar reinos rivais, escravizar esses povos e vendê-los para os portugueses em suas cidades portuárias. As demandas da mão-de-obra africana se tornaram cada vez mais requisitadas nas colônias, ao ponto de que a aquisição de 2000 a 3000 escravos anualmente não satisfazia as necessidades portuguesas. Por consequência, isso fez com que divisões de mercadores colonizadores, os pombeiros, entrassem em contato direto com os locais de venda de escravos nas regiões próximas a capital congolense, ampliando a exportação de escravos para 7.000 anualmente nos meados de 1560. Assim, os portugueses se tornavam cada vez mais ativos no comércio de escravos, tendo participação direta na compra. Dessa forma, a estrutura comercial do tráfico negreiro era complexa e organizada por diferentes grupos, no caso os mais importantes eram os já citados pombeiros. Indivíduos intermediários que levavam os produtos comercializados para os mercados de escravos nas cidades africanas e retornavam com os escravos para serem comercializadas no tráfico do Atlântico Norte. Um segundo grupo importante no tráfico eram os luso-africanos, surgindo após a decadência dos Pombeiros, que possuíam diversas origens e representavam uma importante conexão entre o interior e as cidades costeiras, normalmente sendo contratados para receber, comercializar e regular escravos e outros tipos de produtos (Ball, 2017; Harvey, 2012).

O efeito indireto da interação entre portugueses e africanos foi uma complexa rede cultural que surgia conforme o tráfico negreiro e outros tipos de comércios eram realizados. Essa interação trazia novas descobertas para os africanos, modificando suas preferências e buscando acesso a novos produtos de lazer, como vestimentas, comida e outras necessidades. Essa transformação nos interesses das etnias permitiu com que os laços comerciais se tornassem mais dependentes da presença portuguesa, já que os lusitanos eram os provedores desses produtos de luxo que não eram encontrados no continente africano. Assim, os portugueses foram capazes de fortalecer a necessidade do tráfico negreiro para ambas as partes, tornando a sua presença na região indispensável para as demandas locais (Harvey, 2012).

A partir da fundação da capitania de Luanda, em 1576, foi formada a “Angola Portuguesa”, agora expandindo a estrutura social portuguesa em território africano, controlando a baía fundada e expandindo lentamente para outros territórios próximos. Os lusitanos continuaram estreitando suas relações e formando alianças que serviriam a seus interesses. Dentre eles estavam os guerreiros Imbagala, um grupo conhecido por negar a estrutura social da região, focando em pilhagem e sequestro a partir de seus campos de guerra, de onde atacavam grupos inimigos e sequestravam os jovens para serem introduzidos em suas forças. Os portugueses formaram uma aliança com esse grupo com o objetivo de atacar e desestabilizar o Reino de Ndongo, uma das forças que resistiam à influência portuguesa na região. Nos meados do século XVII, os portugueses haviam tido sucesso em posicionar a sociedade Imbaglada em posições de poder, controlando o estado de Kasanje, permitindo que esse e mais grupos ampliassem o controle sobre o tráfico negreiro pelo atlântico norte nas mãos de Portugal (Ball, 2017).

A fundação de Luanda formulou a estrutura administrativa da colônia portuguesa na África. A administração portuguesa era intrinsecamente militar, com o Governador-Geral servindo como um comandante. O governador era votado pelo “Conselho Ultramarino”, um grupo de representantes da corte que decidiam entre três possíveis candidatos o próximo governador. Mesmo que a posição do governador representasse uma função militar, muitas vezes conectadas as ordens militares religiosas, como a Ordem de Cristo, também era necessário apresentar conhecimento jurídico e econômico para fazer política (Harvey, 2012).

Inicialmente, a principal tática de expansão portuguesa surgia por meio da evangelização e a formação de relações comerciais com as sociedades angolanas. A religião permitia um maior controle e a fundação de escolas e igrejas evitava conflitos desnecessários, orquestrando uma relação de civilizado e subjogado. No entanto, o custo-benefício dessa estratégia começou a demonstrar-se menos eficiente que a conquista militar, assim o início do

século XVII viu uma mudança na atuação portuguesa. Assim, quando Portugal estabeleceu maior controle em Luanda, essa iniciou uma política de oferta: aceitar a soberania portuguesa ou ser subjugado pela força militar (Harvey, 2012).

Figura 1 –Mapa de Angola,1885



Fonte: Comissão de Cartographia, Lisboa¹.

A tentativa de domínio português encontrava ocasionalmente resistência de grupos que não aceitavam o poder e influência crescente dos colonizadores. Indivíduos como a Rainha Njinga de Matamba lutaram diretamente contra as tentativas dos portugueses de controlar o interior dos reinos africanos, pois já a partir de 1620 todos os líderes do Reino de Ndongo tinham sido retirados do poder e substituídos por marionetes dos portugueses. Com o auxílio dos holandeses², que haviam dominado Luanda entre 1641 e 1648, ela foi capaz de monopolizar o mercado de escravos, assegurando status e poder que limitaria os portugueses até a sua morte em 1663. No entanto, embora esses ocorridos tenham estagnado o avanço português por um

¹ por Antonio Augusto d'Oliveira, L. de Moraes e Souza, e Ernesto de Vasconcellos.

² Em sincronia com a conquista de Luanda os Holandeses invadiram parte da região nordeste no Brasil, sendo expulsos em 1654. No caso o controle do litoral por parte dos invasores fez com que Portugal fortalecesse a defesa de regiões litorâneas no Brasil. Por isso, existe a capacidade de inferir que o mesmo ocorreu com Angola (Ricupero, 2017).

período, a resistência não foi capaz de acabar em definitivo com a expansão do controle lusitano (Ball, 2017).

O tráfico do atlântico concedeu a Angola Portuguesa muito poder na região no início de 1660, e eventualmente em 1665, o conflito contra o Reino do Congo havia se tornado inevitável, com os portugueses derrotando o estado congolês em batalha e causando o fim do reino. Em 1671, os portugueses lançaram um fatídico ataque contra o Reino de Ndongo junto com seus aliados Imbaglada, oficialmente formando uma estrutura administrativa portuguesa interna na região. Assim, os portugueses haviam conquistado os reinos mais poderosos da região africana e se tornaram a maior força local (Ball, 2017).

O comércio de escravos se tornou o meio mais lucrativo da região e aproximadamente mais de 5 milhões de escravos africanos foram exportados entre 1650 e 1860 pelo atlântico para as colônias americanas, em especial o Brasil. Quando o Brasil se tornou independente em 1822 e em seguida iniciou-se a pressão dos britânicos para o fim do comércio de escravos, o mesmo ocorreu para Angola. Logo, em 1836, os portugueses proibiram o comércio de escravos pelo atlântico, que ainda ocorria de maneira clandestina pelas próximas duas décadas. Em 1878, Portugal oficialmente banuiu a escravidão em Angola, mas essa continuou em algumas regiões como São Tomé e Príncipe como “serventes”. O fim da escravidão só veio de fato em 1909, após severa pressão internacional para banir quaisquer formas de pseudo-escravidão. Mas isso não impediu que condições análogas continuassem pelas próximas décadas (Ball, 2017).

Retornando a 1822 com a independência do Brasil, esse fator foi muito importante para modificar o pensamento português em relação ao uso de suas colônias africanas, instigando interesse na região após a perda de sua então maior colônia. Angola se tornou o maior interesse colonial português, que começou a desenvolver o estado para além do grande enfoque antigo do comércio de escravos, já que os mercadores que antes trabalhavam no tráfico começaram a migrar para a agricultura. Aproveitando dessa oportunidade foi realizada a Lei de Terras (1856) que concedia aos seus apoiadores luso-africanos controle sobre terrenos. Assim, era formado uma aliança entre o reino português e esses grupos para suprir as necessidades de Luanda e construir laços comerciais com os reinos centrais, trocando recursos como minérios, artigos de luxo e escravos (Ball, 2017). Nesse contexto, Portugal buscou expandir sua hegemonia e controle sobre as suas colônias africanas, introduzindo maior interesse pessoal na administração dessas colônias como um substituto do Brasil.

1.1.1 A Conferência de Berlim e a corrida pela África

A metade do século XIX representou uma mudança no complexo jogo político europeu. As unificações tardias trouxeram novos jogadores, em especial o Império Alemão, guiados pelo ambicioso Chanceler Otto Von Bismarck, cujos interesses rivalizavam os domínios britânicos e franceses. Nesse contexto, as nações europeias voltam seus esforços em crescer na corrida pelo poder com o surgimento de uma nova ameaça no centro do continente. Além disso, a Segunda Revolução Industrial estava a todo o vapor e por isso surgia a necessidade de buscar novos mercados e centros de matéria prima para suprir as necessidades da indústria crescente. Os olhos do mundo se voltaram para a África, um continente majoritariamente inexplorado pelo europeu, possuindo recursos abundantes. Nenhuma nação europeia queria ficar para trás na colonização tardia (Traumann; Mendes 2015).

Todavia, a pressão sobre Portugal em relação à sua presença africana já era secular por conta dos interesses do Reino Unido. Diversos acordos e negociações buscavam o fim do tráfico negreiro e a sua ilegalidade. Tratados assinados entre 1815 e 1817 concederam permissão para navios britânicos fiscalizarem o comércio na costa africana, mas a administração portuguesa falhava em conter a saída de escravos de seus portos, em especial de Cabinada e Ambriz. Em 1842, os britânicos questionaram o controle das colônias portuguesas, pois não parecia existir qualquer tipo de estrutura eficiente para barrar o tráfico, indicando que Portugal não ocupava esses territórios efetivamente. Essa tática resultou na assinatura de um acordo no mesmo ano, que aplicava o fim definitivo do tráfico de escravos, mas também forçou os administradores portugueses a expandirem seu esforço em enfrentar o tráfico ilegal. Eventualmente, em 1871, foi declarado o fim do tráfico e a normalização dos poderes de intervenção do Reino Unido (De Leon, 1886).

As décadas seguintes trouxeram novas ameaças aos domínios portugueses na África. Foi fundada em 1876, na cidade de Bruxelas (Bélgica), a Associação Internacional para a Exploração e Civilização da África Central, uma sociedade formada e presidida pelo Rei Leopoldo II da Bélgica, introduzindo o discurso de que a formação colonial possuía fins de exploração científica e intrinsecamente humanitária. A adição de exploradores renomados como Tomas Livingstone, permitiu a associação conquistar forte renome perante a sociedade europeia. Somado a isso, já estavam sendo realizadas explorações pelos franceses ao norte do Congo, coordenados por Pierre Savorgnan de Brazza, que viria a fundar a capital da atual República do Congo, Brazzavile (De Leon, 1886; Traumann; Mendes, 2015).

Portugal observava a movimentação dos franceses e belgas com precaução, por isso a embaixada portuguesa em Londres buscou apoio do Reino Unido, afirmando que a presença de novas forças na região iria dificultar a estrutura local e ameaçar os direitos portugueses na área; não obtiveram sucesso inicialmente, mas depois de aceitar concessões severas, foi negociado o Acordo Anglo-português em fevereiro de 1884, reconhecendo o território congolês como posse portuguesa. Ao mesmo tempo, haviam entrado em contato com a embaixada francesa, que se compadeceu com o Estado português, afirmando que seus interesses eram apenas científicos e que não iriam expandir territorialmente antes de discutir diretamente com Portugal, pois muitas das negociações com as etnias estavam sendo realizadas em um contexto privado (explorador e líderes locais) e não estatal (De Leon, 1886).

No entanto, quando o acordo foi revelado, a Bélgica, que já havia recusado ceder a pedido de Portugal, se viu sem saída com o novo acordo que iria acabar com seus interesses. Assim, foi assinado um acordo com a França, permitindo que ambos mantivessem seu controle sobre a região em uma última medida desesperada para resistir ao avanço da aliança Lisboa-Londres. A salvação da Associação Internacional de Exploração veio na figura do Império Alemão, que conseguiu reunir influência o suficiente para pressionar internacionalmente o fim do Acordo Anglo-português. Utilizando sua posição, Portugal sugeriu que fosse realizada uma conferência entre as nações europeias para solucionar a questão do Congo (De Leon, 1886).

A Conferência de Berlin teve início em 15 de novembro de 1884, no Palácio do Chanceler Bismark. Nela estavam presentes todos os membros que haviam participado do Congresso de Viena em 1815, setenta anos depois eles se reuniam para mais uma vez determinar a orientação europeia. De acordo com Sir John Scott Keltie (2008), originalmente publicado em 1895, a presença portuguesa foi marcada por uma tentativa de assegurar grandes porções territoriais, cobrando da Conferência controle da África Meridional argumentando que a nação lusitana havia sido a primeira a explorar e colonizar o continente africano. Não obstante, pontuou que nenhuma nação ali presente teria feito as conquistas se não fosse pelas navegações portuguesas e o seu mapeamento do território africano. O principal argumento situava-se na presença inicial de Portugal na região, que já havia reivindicado o Congo como seu desde o século XV. No entanto, a posição lusitana era fortemente desfavorável, e suas tentativas de adquirir grandes concessões dos outros poderes europeus fracassou.

O Artigo 35 da Conferência de Berlim declarava ser necessário ocupação efetiva do território africano para oficializar a responsabilidade e o domínio da nação sobre a região. Desde o século XVI o controle das colônias era baseado em ocorrências históricas, a descoberta e a exploração foram usadas como base argumentativa. A presença portuguesa era escassa,

mesmo que cidades como Luanda existissem, os regimes locais funcionavam por intermédio de um sistema de influência e serviam para a manutenção do comércio com os nativos. As demandas advindas de Berlim instauraram não apenas a necessidade portuguesa de apresentar um controle administrativo amplo e perceptível, mas também enfrentar a concorrência europeia na corrida imperialista pela África (Coelho, 2014).

Logo após a Conferência, Portugal liderou o avanço para confirmar sua presença sobre a África, aproveitando-se do fato de ser a maior força europeia fixa na região e realizou uma série de expedições à região central africana, fundando fortificações. Antes uma presença indireta, iniciou-se um processo de formação administrativa e militar nos territórios nativos, seja por acordos bilaterais com os nativos ou o conflito direto. Nos anos seguintes após a conferência, Portugal firmou acordos com os franceses e os alemães em 1886 para garantir seus planos de formar uma conexão territorial entre Angola e Moçambique, dominando Vale de Zambeze e ajustando fronteiras fixas com ambas as potências. Tanto a França quanto o Império Alemão entendiam esses acordos como uma barreira na expansão colonial da Inglaterra pelo sul do continente, sendo o reino lusitano incapaz de manter o controle desses territórios e futuramente dependente de ambas as potências para a continuidade de seu império ultramarino (Coelho, 2014; Newitt, 2009).

Figura 2 – Mapa Cor-de-Rosa de Portugal³



Fonte: Nowell (1982)

³ Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mapa_cor-de-rosa

Por um breve momento as aspirações dos portugueses para o mapa rosa, o sonho de revitalizar uma colônia como o Brasil em território africano foram atendidas. Berlim e Paris aceitaram as reivindicações portuguesas e Londres havia cedido nas negociações a priori de 1890. No entanto, a descoberta de ouro nas proximidades do Congo e Zimbabwe modificaram o jogo político pela África. Diversas minas de ouro foram encontradas nos perímetros do mapa rosa visionado por Lisboa. Os britânicos eram os maiores investidores na exploração do minério em território africano e o interesse em explorar esses terrenos viu uma corrida de mineradores para controlar essas regiões. A tensão por um conflito bélico crescia (Newitt, 2009).

A expansão territorial portuguesa continuava, com o avanço de tropas militares pelo rio Chire para conquistar a Maxonalândia, região do Zimbábue rica em ouro. Londres via essa movimentação militar como um risco aos esforços dos subordinados britânicos. Felizmente para o parlamento inglês o motivo perfeito para intimidar o reino lusitano surgiu em 8 de novembro de 1889. O explorador português Serpa Pinto havia entrado em confronto direto com os Macololos no Chire. Mesmo que houvesse tentativas de explicar a ocorrido como legítima defesa, a cizânia já estava criada. Surgia então na mídia britânica o questionamento da capacidade de Portugal em cumprir com a dominação e civilização dos povos africanos. Diversos jornais como o *Spectator* e o *Saturday Review* teciam críticas ao governo português, argumentando que as reivindicações territoriais dos portugueses não condiziam com sua capacidade de gerenciar suas colônias. Outras mídias como o *Scots Observer* e o *Fortnightly Review* elogiavam as medidas do Primeiro-Ministro Salisbury e incentivavam uma intervenção por intermédio de um ultimato aos portugueses (Coelho, 2014; Newitt, 2009).

Em 11 de janeiro de 1890, o Primeiro-Ministro Salisbury enviava o fatídico ultimato por meio de um memorando. Nele o líder britânico exigia que as tropas portuguesas se retirassem do Chire e da Maxonalândia com, na melhor das hipóteses, um bloqueio aos portos portugueses caso esse ato de recuo não fosse realizado, e na pior das possibilidades uma declaração de guerra formal. O representante britânico em Portugal, George Glynn Petre, foi instruído a abandonar Portugal junto com a confraria diplomática caso a resposta de Lisboa fosse incapaz de saciar as demandas de Londres, o Sir Petre tinha permissão de deixar o país usando navio real localizado no município de Vigo caso seus protestos não fossem ouvidos. Contrariados com as demandas britânicas, mas com o conhecimento de que a recusa traria consequências severas ao reino de Portugal, a primeira tentativa de negociar um acordo tentava salvar parte do projeto do mapa cor-de-rosa, na procura de manter a conexão territorial entre Angola e Moçambique, mesmo que limitada em comparação com os objetivos iniciais. No entanto, Londres se recusou a aceitar esse acordo e amplificou as pressões contra Lisboa,

forçando a coroa a delimitar as fronteiras de ambas as colônias permanentemente. O sonho de construir uma colônia de proporções e riquezas naturais comparável ao antigo território brasileiro que atravessasse o continente africano havia morrido em 1890 (Coelho, 2014; Newitt, 2009).

1.2 PORTUGAL REPÚBLICA (1910)

Ao final do século XIX, Portugal era amplamente considerado o estado mais antiquado da Europa. Enquanto as outras nações do continente presenciaram mudanças no decorrer desse período, ampliando significativamente seu aparato político, econômico e social, a nação lusitana tinha a fama de estar um passo atrás, muito limitada ao conservadorismo das estruturas de poder seculares. Falhando em realizar um processo de modernização e industrialização, muitos estudiosos já questionavam o poder da monarquia, desiludidos com fracasso das políticas financeiras, que estavam arrastando o reino a falência. Em 1871, foram organizadas as Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, que buscavam estudar e compreender o atraso português e discutir qual era o melhor caminho: democracia ou monarquia. A queda do Império e a Proclamação da República no Brasil em 1889 foi recebida calorosamente pela imprensa republicana portuguesa, que aproveitou a oportunidade para tecer elogios ao movimento e criticar a monarquia lusitana, um episódio que marcou a importância da mídia no combate ao sistema nos anos seguintes e consagrou a presença de estudantes nas forças republicanas, especialmente em Coimbra (Pires, 2017).

Esse levantamento acadêmico foi o percussor que fortaleceu o já presente movimento republicano, iniciando um longo processo de protestos e revoltas que iriam perdurar até o fim definitivo da monarquia. O ultimato britânico (1890), por exemplo, causou um efeito cascata que formulou a Revolta Republicana do Porto de 1891, essa que necessitou de intervenção militar para ser derrotada. Nesse mesmo ano, havia sido publicado o primeiro manifesto republicano, de caráter revolucionário, voltado a garantia de liberdades e mudanças na estrutura política. Houve tentativas de barrar esse crescente movimento a partir da coesão militar e o encarceramento de líderes por conspiração, mas isso não impediu que, em 1909, o Partido Republicano vencesse as eleições em Lisboa e outros 16 municípios. A vitória representou uma bomba relógio para monarquia, e mesmo após alcançar maioria parlamentar nas eleições de 1910, ainda eram desconsiderados no grande esquema político. Por isso, os grupos revolucionários foram às ruas e derrubaram Dom Manuel II, proclamando a República de Portugal em 5 de outubro de 1910 (Pires, 2017).

A república não tardou a iniciar as funções estatais, e em meio às mudanças administrativas que insurgem com um novo tipo de governo estavam as questões coloniais. Os custos da colonização já eram criticados desde a época da monarquia, e a chegada da república trouxe um interesse por reformar o método colonizador. O primeiro passo foi modificar a estrutura administrativa colonial, criando domínios autônomos independentes do controle estatal, objetivando limitar os gastos públicos. Os novos governantes tinham um projeto de recuperar a economia portuguesa, abalada pelo atraso da nação ibérica e a má gestão financeira. Isso não significa que a república se absteve da corrida pela África. Pelo contrário, o principal interesse do novo governo era tornar as colônias lucrativas, servindo aos interesses do desenvolvimento português. Ironicamente a política colonial republicana estava mais atrelada ao imperialismo do que a monarquia (Guimarães, 1992).

A política republicana consistia na conquista militar do território africano, transformando essas regiões para o lucro português, aplicando novos impostos e ampliando o poder da administração civil. A prática mais notória era o trabalho forçado da população africana local, já implementada na época da monarquia em 1899. Essa foi expandida pela república e protegida pelos novos impostos, em específico o imposto de cubata⁴ de 1907, que em 1919 foi substituído pelo imposto indígena. O interesse era ampliar a subordinação dos povos africanos, provendo contratos de trabalho para assumir funções nos empreendimentos dos colonos europeus. O imposto indígena deveria ser pago utilizando a moeda portuguesa, sendo um método de coerção para forçar a população negra a trabalhar indescritivelmente para os locais em busca de pagar os impostos (Ball, 2017).

O governo também abriu as portas para empresas do exterior, fornecendo terras para exploração de minérios e a construção e controle de ferrovias para levar recursos e colonos da costa para o centro das colônias em Angola. A administração colonial se tornou uma provedora de nativos africanos para as empresas privadas, que indicavam a quantidade de trabalhadores que necessitavam na província; os administradores locais por sua vez entravam em contato com as etnias locais, requisitando esse valor de novos contratados (Ball, 2017).

A maior mudança estrutural vinda da república, no entanto, foi o Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, formando o Indigenato, um aparato legal que formulou as relações entre os nativos e colonos e serviu para diferenciar ambos

⁴ O imposto de Cubata era encaminhado a todos os indivíduos pretos ou mestiços que não deixaram de lado a cultura negra africana de incivilizados na perspectiva portuguesa, sendo isentos apenas mulheres menores de 21 ou casadas e homens menores de 16 e algumas funções sociais específicas. O imposto possuía caráter político e racial, sendo pago apenas pela disparidade cultural entre os nativos e os colonos. Em resumo, era um imposto por ser negro (Neto, 2017).

judicialmente. Para determinar um indivíduo africano como “civilizado” e entrar nos parâmetros da sociedade colonial seria necessário ter sucesso em uma avaliação aplicada por um representante oficial. No entanto, o próprio oficial tinha controle sobre esse processo, permitindo ou não a aprovação da população africana. O status de “civilizado” livrava o cidadão africano do trabalho forçado, tornando a aprovação altamente requisitada. Isso concedia muito poder de barganha aos colonos portugueses, que preferiam limitar o acesso para manter a população local em condição de subserviência e mesmo aqueles que tivessem acesso ao título estavam abaixo dos colonos brancos. O estatuto garantia vantagens na competição política e econômica, limitando a participação da população negra em ambos os campos de atuação. Nesse período, ocorreram diversas tentativas de pressão internacional, surgindo por parte de estudiosos, defensores dos direitos africanos e da imprensa, pois o sistema reproduzido em Angola era considerado como uma “escravidão moderna”, mesmo com alguns sucessos, a política do Indigenato continuaria a existir até a sua abolição em 1961 (Ball, 2017).

De acordo com Guimarães (1992), a política republicana era utópica e ambiciosa, buscando mais do que era capaz de conquistar. Além de fracassar em resolver os problemas econômicos da civilização portuguesa, causando baixa renda e crises políticas constantes, o método colonial descentralizador trouxe mais problemas do que soluções ao estado. A república havia se tornado altamente corrupta e incapaz de administrar seu próprio território, muito de seu poder financeiro fluindo para os bolsos do clientelismo.

Na época, uma província de Angola independente causou uma crise de dívidas, pois possuía o poder de pedir empréstimos sem necessitar do aval da metrópole. Isso resultou na desvalorização da moeda devido aos gastos exacerbados voltados ao desenvolvimento desenfreado e descuidado da infraestrutura da colônia. Em especial, o investimento na construção de um sistema de transportes, buscando atrair colonos para Angola. Em Portugal, o fracasso em salvar a economia do país, indicado pela alta inflação e o sistema corrupto alavancou a contínua instabilidade política. Marcada por 29 chefes de estado entre 1920 e 1928, a república representou uma experiência fracassada em atender as promessas feitas após a queda da monarquia (Guimarães, 1992; Newwit, 2009).

Aproveitando-se dessas crises, grupos frustrados com a república por perder poder com a queda da monarquia e receosos com as reformas públicas, além da crescente ascensão de ideias marxistas nos trabalhadores portugueses, levou os militares, industrialistas e a Igreja Católica a unir forças opostas ao governo republicano. Um golpe de estado conduzido por essa trindade trouxe o fim da república em maio de 1926, a experiência democrática lusitana durou

apenas 16 anos, passando por diversos golpes internos durante esse tempo, foi substituída por uma ditadura regida pelo General Oscar Carmona (Guimarães, 1992).

1.2.1 A abertura econômica de Angola durante a república portuguesa

O período que se seguiu após a Conferência de Berlim representou uma transformação na utilização do território angolano. Inicialmente um entreposto comercial para o tráfico de escravos, a proposta se tornou expandir as funções econômicas da colônia, tornando-a viável para metrópole. Os autores Pacheco, Costa e Tavares (2018) informam que o projeto tomou forma de fato nas mãos da República, que em meio à conquista militar contra os últimos resquícios de resistência dos africanos nativos, anunciava no início da década de 1910, a exploração capitalista de Angola. Para tal, ocorreu o processo de desenvolvimento da infraestrutura regional, em especial ferrovias e estradas que conectavam as partes mais distantes da colônia aos portos marítimos na costa, atraindo o interesse de companhias e incentivos para a colonização branca do território africano como metodologia para suplantiar as sociedades africanas, intensificando o comércio monetário.

Esse processo permitiu a crescente presença de companhias voltadas à exploração dos recursos naturais encontrados no território da colônia, em especial na exploração de diamantes na região norte e do cobre no sul. A companhia DIAMANG se tornou a maior força exploratória de Angola, efetivando-se um monopólio após fortes concessões portuguesas em troca de 40% do lucro, transformando a empresa um monopólio dos diamantes. Fundada em 1917, a DIAMANG possuía capital português, belga, francês e norte-americano. As concessões feitas por Portugal permitiram a empresa controle territorial pleno, cedendo um poder pessoal para a companhia, administrando e policiando seu próprio domínio como um estado interno (Minter, 1972; Ball, 2017).

Isso se tornou um problema para os portugueses quando a Inglaterra adquiriu 16% da companhia, entrando no Sindicato de Mineração De Beer, que representava o monopólio do comércio de diamantes. Esse ato trouxe críticas à presença da DIAMANG, sendo percebida como uma representação da influência estrangeira em território português. Mas o aumento significativo dos lucros portugueses pela exploração dos diamantes silenciava o questionamento sobre a presença da companhia. Isso era necessário, pois o governo lusitano estava se afundando em dívidas após a Grande Guerra devido à má-administração republicana e iria evitar perder o lucro dos diamantes nesse período de dificuldade financeira (Minter, 1972).

Figura 3 –Déficit Orçamentário de Portugal
BUDGET DEFICITS OF PORTUGAL, SELECTED YEARS

1914-1915	25 Million Escudos
1917-1918	87 Million Escudos
1921-1922	190 Million Escudos
1924-1925	243 Million Escudos

Fonte: Minter (1972, p. 28)

A infraestrutura principal para movimentar os bens e os indivíduos foi a Ferrovia Benguela, administrada pela Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, que igualmente recebe concessões territoriais e era a maior organização contratante angolana no período. A ferrovia foi construída pelo inglês Robert Williams, indo de Benguela até Rodésia, conectando as áreas de mineração de cobre ao resto da colônia. É perceptível uma dependência portuguesa na presença de empresas de caráter multinacional ou de origem inglesa para trabalhar nas aquisições mais importantes e no desenvolvimento do território colonial. Isso porque a república lusitana não possuía a estrutura para a construção e administração de suas próprias terras (Minter, 1972; Ball, 2017).

Figura 4 - Ferrovia de Benguela⁵



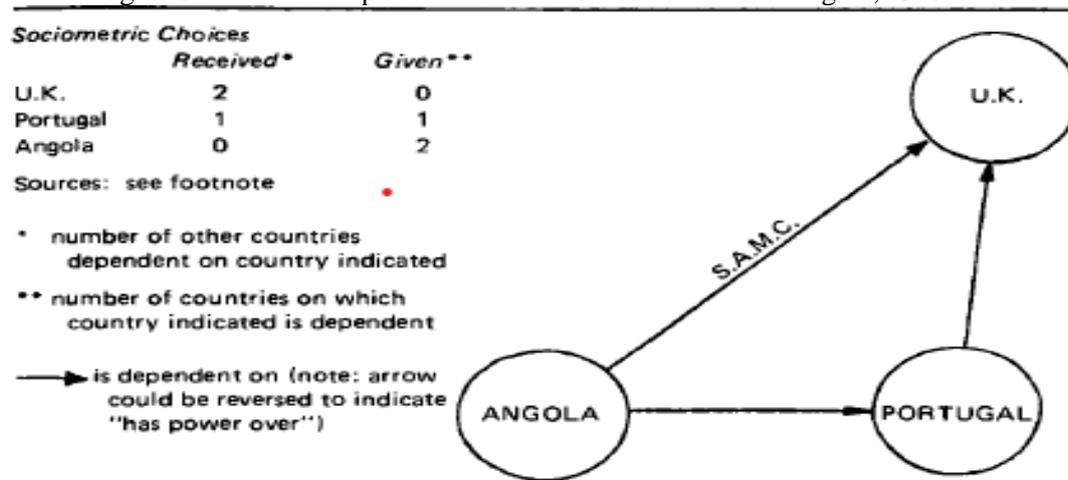
Fontes: Railway Wonders of the World (s.d)

Igual a Angola, Portugal era um país majoritariamente dependente da agricultura, em 1928, no início do Estado Novo; 60% das exportações portuguesas consistiam de produtos alimentícios, mais em específico produtos de alto valor cultural, pães e vinhos. Mesmo buscando explorar o território de suas colônias e conduzir o crescimento industrial português, a república falhou em organizar a crise da dívida externa e dependia de dividir os lucros adquiridos de suas colônias com instituições externas, principalmente a Inglaterra. A alta

⁵ Railway Wonders of the World. Disponível em: https://www.railwaywondersoftheworld.com/across_africa.html

porcentagem de exportações agrícolas no fim da república e no início do regime militar mostra que o governo não conquistou seus objetivos em relação a Angola no longo prazo, a colônia serviu as necessidades inglesas e portuguesas pela exploração regional, mas no fim, Portugal também pavimentou uma dependência direta da Inglaterra na garantia de seu projeto de desenvolvimento territorial (Minter, 1972).

Figura 5 – Rede de Dependência de Investimento Externo Angola, 1913



Fonte: Minter (1972, p. 43)

1.3 SALAZAR NO PODER

A chegada dos militares ao poder e a instauração de uma ditadura representou o fim da república portuguesa, mas não de seus problemas. O novo regime ainda precisava solucionar a crise financeira que acometia o país há décadas. Assim, o General Oscar Carmona entrou em contato com um renomado acadêmico da direita, Antônio de Oliveira Salazar, para assumir a função de Ministro de Finanças. Na época, apenas um deputado do partido republicano desde 1921, possuindo fortes laços com a Igreja Católica, a sua formação em economia política e a proximidade com o regime o tornaram um favorito para estatuir a economia. Em 27 de abril de 1928, Salazar deu o primeiro passo para se tornar o futuro líder português (Štěpánová, 2007).

A condição para efetivar-se como Ministro de Finanças imposta por Salazar foi possuir o controle completo do orçamento de todos os ministérios, tendo poder de veto sobre quaisquer decisões de intervenção, no qual deveria ser discutida previamente com a liderança das finanças e a cooperação dos outros departamentos estatais na tentativa de solucionar a economia. Todo esse poder levou Salazar a ser taxado como “Ditador das Finanças”. Sua estratégia financeira

afetou as pessoas mais pobres, que tiveram suas garantias sociais limitadas, mas o sucesso limitou a revolta (Štěpánová, 2007; Rampinelli, 2014).

Aplicando a política de corte de gastos, diminuindo salários e aumentando impostos, o líder financeiro de Portugal procurava nessa tática limitar o déficit e conseguir um balanço orçamentário positivo, que foi alcançado em 1929. Essa mesma política foi induzida nas colônias, cujo empréstimos quase levaram o estado português à falência. Essa havia sido a primeira vez em quinze anos que Portugal se encontrava com saldo positivo. O sucesso trouxe prestígio e apoio político, fator importante, pois permitiu que Salazar conseguisse poder de intervenção governamental além do financeiro (Štěpánová, 2007; Guimarães, 1992).

A nova oportunidade permitiu que as ideias nacionalistas de Antônio Salazar começassem a se espalhar, antes expondo apenas interesse de cunho financeiro, o futuro ditador começava a declarar a necessidade da organização estatal. Em 1931, crescia em Portugal a União Nacional (U.N), fundada pelo próprio Salazar representando o epicentro de seus ideais nacionalistas. O partido usava seu órgão de imprensa para tecer elogios à ditadura e o então Ministro das Finanças, sendo leis a seu progenitor (Štěpánová, 2007).

Nesse período também havia conseguido angariar apoio dos burgueses, das forças armadas, dos monarquistas e da Igreja Católica, que seriam o pilar do governo até o fim do Estado Novo. Esses grupos viam o salazarismo como uma promessa de efetivar suas demandas e interesses em Portugal. O futuro ditador era capaz de trabalhar com as demandas de cada grupo sem ceder poder, conseguindo manter-se na corda bamba entre as pressões da restauração monárquica e de permanência com o fascismo, restaurando a função social e cultural do clero na comunidade portuguesa, mas sem reconstituir poder aos bispos (Guimarães, 1992).

Em 1931, os protestos contra a ditadura se tornaram mais intensos. No ano que se seguiu, as forças armadas se digladiaram contra revolucionários buscando a mudança do regime, a única instituição estatal que não havia sofrido com cortes de gastos durante a política do “ditador das finanças”. Em 1932, as tentativas foram eventualmente suprimidas, Salazar se aproveitou da necessidade de transformações no governo, demonstradas pelo conflito social, e assumiu o cargo de Primeiro Ministro em julho daquele mesmo ano. Assim se deu início ao Estado Novo. Em 1933, Salazar iniciou o processo de formação ditatorial embasado em suas ideias nacionalistas. Realizou uma demissão em massa de cargos públicos e colocou amigos e aliados próximos em posições chaves para assegurar o poder, formou uma nova constituição que lhe concedia plenos poderes ditatoriais. Nos meses seguintes dissolveu o Conselho Político Nacional e colocou o Partido Socialista em ilegalidade (Štěpánová, 2007).

Próximo do final de 1933, outorgou o Estatuto do Trabalho Nacional constituindo a política corporativa nos moldes do fascismo italiano. Esse novo Estatuto permeava sobre “sistemas dos grêmios industriais e agrícolas, sindicatos nacionais obrigatórios (em vez dos sindicatos liberais), direito ao trabalho acompanhado pela proibição de greves, etc.” (Štěpánová, 2007, p. 7). No ano seguinte, Salazar consolidava seu poder ao entender que a educação e a lealdade das futuras gerações eram essenciais para o progresso da ditadura militar, fundando a Ação Escolar Vanguarda (AEV), o primeiro braço do regime nas mentes dos jovens. Esse período marcou a transformação da nação lusitana, como os exemplos citados anteriormente demonstram, o sistema passava a centralizar-se no indivíduo de Salazar dentro da ditadura, desde sua posição como Ministro das Finanças e seu poder sobre o orçamento até o deliberado reposicionamento de políticos leais a sua causa. Salazar havia dominado Portugal (Štěpánová, 2007).

Mesmo com a proximidade entre o regime salazarista e o fascismo, Salazar anunciava em uma entrevista na época de sua eleição como Primeiro Ministro que mesmo apresentando similaridades seu governo era uma ditadura, não um sistema fascista. Ele argumentava que enquanto ambos eram críticos à democracia e autoritários como método de preservação social, o fascismo possuía um caráter pagão, imoral e desrespeitoso com as normas jurídicas, passando por cima de qualquer parede em busca do poder. Salazar acreditava que a autoridade reforçava um sistema unificado e combatia as fraquezas da democracia, essa ideologia é perceptível na sua orientação com Angola e as outras colônias na África (Lima, 2021).

O nacionalismo era empiricamente essencial para o tratamento das colônias durante a ditadura de Salazar. Nela insurge uma noção de trazer Portugal a glórias passadas, proveniente da era de ouro do reino lusitano durante as Grandes Navegações. Retomar o ser europeu, nesse caso: o marco cultural do cristianismo, da missão civilizadora, e os territórios ultramarinos como parte de um grande Império colonial voltados ao enriquecimento e prosperidade da metrópole. Essa ideia serviu como uma formação mitológica para a ditadura, as colônias faziam parte de Portugal e defender o direito português de controlar as províncias ultramarinas se tornou a principal política externa de Antônio Salazar. Garantir o controle das colônias significava garantir a própria prosperidade portuguesa e o seu futuro (Lima, 2021; Barroso, 2020).

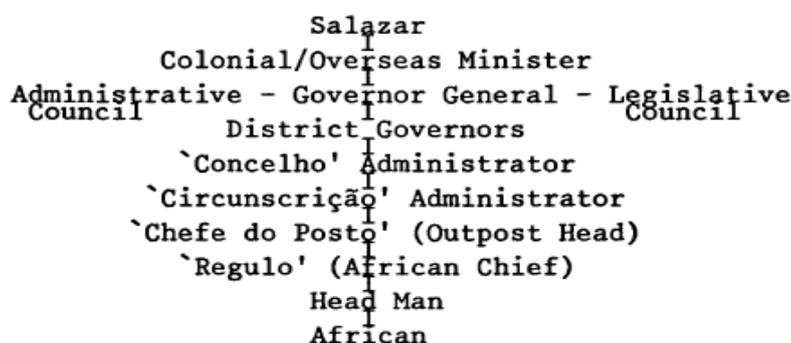
O Ato Colonial, outorgado em 8 de julho de 1930, quando o próprio Salazar ocupava provisoriamente o cargo de Ministro de Colônias, foi reforçado na nova Constituição de 1933. Essa jurisdição se debruçava sobre as questões coloniais, os nativos, estrangeiros e as relações econômicas dentro e fora das colônias conduzido por um ideal de autoridade, oposta à

perspectiva descentralizadora da fatídica república. É nesse ato em que Portugal reafirma sua função como potência exploradora, cumprindo seu direito civilizador ao dominar e converter a população nativa por sentido moralmente cristão (Štěpánová, 2007; Rampinelli, 2014).

A Lei concedia plenos poderes à metrópole, garantindo a capacidade de controle orçamentário colonial e eliminando a independência financeira das colônias, impondo limites no poder dos governadores coloniais, submissos às decisões do Ministério Colonial. Ocorreu também a nacionalização do capital estrangeiro para o desenvolvimento das colônias, do qual investimentos ainda eram receptivos, mas não deveriam superar a presença de Portugal e quaisquer monopolizações estrangeiras eram proibidas, especialmente nos portos. Mesmo havendo garantias de respeito à liberdade, propriedade e segurança a estrangeiros e nativos, nela é concedida plenos poderes de expulsar qualquer indivíduo considerado indesejado (Rampinelli, 2014).

A ditadura salazarista em Angola criou um sistema hierarquizado, no qual a política do topo da pirâmide determinava toda a cadeia de decisões. A partir de Salazar, o meio da hierarquia servia apenas como uma representação burocrática do sistema. O Ministro das Colônias compilava objetivos e interesses da metrópole restritivamente, escolhendo os representantes das colônias entre os mais leais servidores públicos. Esses poderes intermediários tinham pouco poder de intervenção, gerindo os territórios, conduzindo a resolução de problemas locais e seguindo as ordens comandadas por Portugal. Um desvio poderia representar julgamento pela procuradoria do estado. A estrutura havia sido remodelada para permitir um poder concentrado nas mãos de Lisboa, tanto financeiramente (orçamento) quanto politicamente (gestão restrita) em Angola (Guimarães, 1992).

Figura 6 - Estrutura hierárquica colonial nos anos 1950



Fonte: Guimarães (1992, p. 111)

A ideia era tornar o Império colonial português indivisível, em que as colônias se submetessem ao controle do regime e se tornassem majoritariamente controladas por suas decisões, capital e presença regulatória como garantia da justiça e dos direitos (Rampinelli, 2014).

1.4 A DITADURA DE SALAZAR EM SEUS MÚLTIPLOS CONTEXTOS

O ano de 1936 anunciava o prelúdio do grande conflito que iria recair sobre a Europa. As tensões entre as grandes potências e a Alemanha nazista cresciam a cada dia e preocupado em como Portugal iria lidar com as forças europeias, o país passou a dedicar-se ao desenvolvimento da política externa. Assumindo brevemente a posição de Ministro de Guerra, Salazar apoiou os rebeldes de Francisco Franco (Espanha), enviando armas e provisões, além de permitir maior acessibilidade para o recrutamento de voluntários portugueses para lutarem nas linhas de frente das tropas do futuro ditador espanhol. Quando Franco tomou oficialmente o poder em 1939, assinou-se um Tratado de Amizade e não-agressão entre Portugal e Espanha (Štěpánová, 2007).

A posição na Segunda Guerra Mundial adotada por Portugal era a de neutralidade, em que Antônio Salazar era capaz de conciliar ambos os lados do conflito para benefício próprio, mesmo que enfrentasse repúdio dos britânicos e alemães por não manter uma linha coerente de apoio, servindo ambos os lados em diferentes ocasiões, como a exportação de tungstênio. Em 1943, quando a derrota de Hitler passava a se tornar uma possibilidade, Salazar fez seu primeiro grande movimento em prol dos aliados ao oferecer a ilha de Açores, no Atlântico Norte, para a construção de bases militares e a presença de tropas. Açores viria a se tornar um importante mecanismo de dissuasão da ditadura salazarista durante a Guerra Fria (Štěpánová, 2007; Guimarães, 1992).

Portugal saiu do conflito com um acumulado de vantagens econômicas. O fim da guerra foi seguido por um crescimento no valor das commodities, que compunha a maioria do comércio lusitano, e a sua neutralidade na guerra permitiu que o país não sofresse com os abalos destrutivos sentidos pela maioria das nações europeias. Politicamente, o pós-guerra viu um crescimento súbito das ideias democráticas, e uma campanha midiática internacional começou a atacar as ditaduras ibéricas. Nesse período, Salazar foi forçado a limitar sua autocracia para apaziguar os protestos da mídia, abolindo o sistema de partido único e permitindo eleições livres com a participação de diversos partidos. Ocorreu também o enfraquecimento da censura e dos ataques contínuos à oposição. Isso não durou muito, e quando a tormenta internacional passou,

a ditadura salazarista voltou a impor o autoritarismo em seu regime. O final da década de 1940 representou o início da Guerra Fria e o profundo sentimento anticomunista português tornou a ditadura mais aceitável nesse contexto histórico recém instaurado (Štěpánová, 2007; Guimarães, 1992).

Em sua obra *Thinking History Globally*, Diego Olstein (2014) apresenta uma perspectiva que vai além dos padrões nacionais da historiografia. Para o autor, quando muito, a história é pensada em um contexto de país para país e mesmo que a conexão entre eventos globais seja observada, pensar a história globalmente como um emaranhado mais complexo produz um estudo competente e capaz de entender uma cadeia de eventos como um todo, mais amplo e transcendendo os limites das fronteiras históricas nacionais. É limitante, nesta perspectiva, compreender a história sem aderir aos contextos, laços, e conexões mais amplos que movimentam os acontecimentos históricos.

A história global se conecta por um sistema transnacional, no qual acontecimentos influenciam outras cadeias de eventos, tornando-se ineficiente explorar a história sem conduzir uma análise que conecte acontecimentos e contextualize, por exemplo, o surgimento do imperialismo, um caso global que insurgiu no final do século XIX e início do século XX, e afetou os destinos de Portugal, e consequentemente de Angola, tanto quanto o resto do mundo. Conforme visto anteriormente, o ultimato britânico no final do século XIX causou rebelião na população portuguesa, fato que levou à Revolta Republicana do Porto de 1891⁶. Mesmo fracassando em sua tentativa de derrubar a monarquia, esse foi mais um passo para a eventual decadência do reinado português, sendo sucedida pela república, que ao fracassar em conduzir a política econômica do país, trouxe Salazar à posição de ministro e eventualmente ditador. O próprio ultimato britânico é uma resposta à expansão portuguesa na África direcionada a regiões ricas em ouro, que por sua vez só aconteceu por um evento de maior escopo, a Conferência de Berlim (1885), modificando as regras da colonização de uma condição histórica para uma plena demonstração de controle estrutural. É importante reforçar que é a partir da própria conferência que Portugal buscou ampliar suas colônias, aumentando significativamente o território de Angola, quase levando a uma conexão geográfica com Moçambique.

O projeto de Salazar não é único. Mesmo possuindo suas particularidades constituídas pelo retorno da cultura religiosa e da formação estatal de um império ultramarino, ele faz parte de um movimento ultranacionalista que ganhou força no século XX e se espalhou principalmente pela Europa e a América. Esse processo insurge de uma série de eventos: uma

⁶ A monarquia brasileira, de ramo familiar português, havia acabado pouco tempo antes, em 1889.

monarquia enfraquecida por seu anacronismo histórico, uma república incapaz de estabilizar suas instituições e cumprir com as promessas feitas para a sociedade e o surgimento de um indivíduo que prometia resolver todos os problemas e trazer a glória perdida do passado.

Nesse processo, Salazar e muitos outros ditadores contemporâneos, utilizando-se de métodos compatíveis, lentamente centralizaram o poder ao seu redor enquanto submetiam as instituições ao controle de seus aliados mais próximos, alimentando o povo com promessas saudosistas em sua projeção de poder. Esse contexto de ditaduras e nacionalismo da década de 1930 para frente também é trabalhada por Diego Olstein (2014) em sua obra para exemplificar a ideia da história globalizada. Ele faz comparações, tece similaridades e contrastes entre os regimes ditatoriais da Argentina de Perón, do Brasil de Vargas e o Egito de Nasser. Ele adiciona ao pontuar que esse processo permite identificar fatores de análise que possam ser utilizados na produção de um trabalho acadêmico. Esses regimes possuem características pontuais, considerando o contexto em que surgiram, mas também apresentaram particularidades que dependem de diversos fatores únicos da nação explorada pela sua obra. É nesse mesmo cenário que Salazar e o seu Estado Novo insurgem, único em sua maneira, mas parte de um movimento global nacionalista iniciado na época descrita (Olstein, 2014).

A partir desse ponto é preciso também pensar como as particularidades da presença portuguesa na África afetaram a forma como o regime defenderia suas colônias no contexto de descolonização da Guerra Fria. A história de Angola, colônia e depois país em luta pela independência, também foi afetada por uma série de acontecimentos aparentemente desconexos, mas que tiveram forte influência no desenvolvimento político, territorial e econômico da antiga colônia portuguesa. São essas conexões que serão exploradas no próximo capítulo.

2 “TODAS AS PROVÍNCIAS DE PORTUGAL DEVEM SE FUNDIR EM UMA ECONOMIA LUSITANA INTEGRADA”: O SALAZARISMO E ANGOLA ATÉ OS CONFLITOS PELA INDEPENDÊNCIA

Este segundo capítulo trata do final da Segunda Mundial até a saída de Salazar do poder, após um acidente cerebral. Em primeiro lugar, é analisado o anacronismo do governo salazarista no início da Guerra Fria, uma nação cujo laços com o nazismo o tornam alvo internacional após a Segunda Guerra Mundial. Nisso, uma nação caracteristicamente isolacionista, fechada em si mesma e nas suas colônias percebem o novo contexto global como uma oportunidade de proteger seu projeto nacionalista, com a concessão de Açores como base militar e a internacionalização da PIDE na luta contra o comunismo. A partir disso, uma nação isolada conjura uma política externa unicamente para os interesses nacionais de determinação territorial na África.

Em seguida, estudam-se as mudanças na sociedade angolana após a Segunda Guerra Mundial. A modernização, o crescimento urbano e a chegada de imigrantes condizem com o fortalecimento do nacionalismo angolano, da autodeterminação dos povos e a busca pelo fim do status quo. Nisso surgem os grupos armados com o objetivo de alcançar a independência de Angola. Saindo desse fator interno, é também trabalhado a contextualização externa, de uma África mais independente que luta pela liberdade do continente e acredita ser inaceitável a presença de Portugal na região.

Por último, estudam-se os esforços externos do bloco afro-asiático em combater o colonialismo dentro das Nações Unidas. A participação dos Estados Unidos como ator dual, que variava entre apoiar e enfraquecer o regime salazarista no contexto internacional. Assim também são explorados o conflito interno, a luta armada revolucionária e a guerra racista praticada por Portugal. Por todo o capítulo, avalia-se a maior força do Estado Novo, qual seja, sua habilidade propagandística, utilizada na construção do lusotropicalismo, nas críticas abetas a posição dos EUA e das Nações Unidas e a tentativa de evidenciar os movimentos nacionalistas de Angola como um perigo selvagem e racista. De maneira geral, o capítulo destrincha as práticas salazaristas no contexto da Guerra Fria, evidenciado sua estratégia internacional durante a década de 1950 para a manutenção do *status quo* e a tentativa de manter a funcionalidade desse Estado com todas as forças disponíveis.

2.1 SALAZAR ENTRE O URSO E A ÁGUIA

O fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 resultou em um novo contexto internacional. A decadência europeia permitiu a ascensão dos Estados Unidos e da União Soviética como as maiores potências globais, criando um sistema polarizado entre liberalismo e comunismo. A nação lusitana de Salazar sofreu o repúdio internacional durante o pós-guerra por sua conexão com o nazismo, mas o país angariava uma menor repulsa quando comparado com seu vizinho ibérico. A concessão de Açores como base para os Aliados não foi ignorada, tornando as nações aliadas mais permissivas ao governo salazarista, inclusive parte do acordo feito para a construção da base de Açores em 1944 foi o respeito da soberania portuguesa sobre suas colônias, como Angola. Esse primeiro acordo entre Estados Unidos e Portugal já demonstra o início do arcabouço da política externa portuguesa até o fim do regime, sempre se fundamentando ao redor do reconhecimento de seu controle colonial (Antunes, 2013).

De fato, o que ocorreu foi uma certa ignorância da presença portuguesa, tanto que na conferência de Potsdam de 1945 Stálin discursava contra Franco e o governo espanhol, mas nada citou em relação a Portugal. Até o início oficial da Guerra Fria em 1947, a presença portuguesa possuía pouca importância e era mais ignorada do que temida, mas ainda era rejeitada quando identificada, como no veto soviético à entrada portuguesa na Organização das Nações Unidas (ONU) naquele mesmo ano. A grande mudança na posição portuguesa veio com a política de contenção do comunismo pela formulação da Doutrina Truman, que postulava o ideal da defesa do mundo capitalista contra o avanço comunista, na formulação do Plano Marshall, como apoio na reconstrução europeia por investimento norte-americano na conquista de aliados, e por fim, com a criação da OTAN em 1949, com propósito de contenção militar contra o avanço soviético (Antunes, 2013).

Conforme era desenvolvido o sistema defensivo da aliança militar da OTAN, os olhos dos Estados Unidos voltaram-se mais uma vez para Açores. O arquipélago encontra-se no centro do Atlântico, tornando-o uma excelente base aérea e naval caso fosse necessário preparar uma operação militar, sendo a ponte para as tropas dos EUA, o relatório da Agência Central de Inteligência Americana (CIA) indicava a região como essencial em um conflito com a União Soviética. Em 15 de março de 1949, Portugal recebeu a proposta de fazer parte dos signatários do organismo internacional. Relutante, Portugal mantinha em Salazar uma política nacionalista com requintes isolacionistas nas relações internacionais (Antunes, 2013).

Figura 7 - Localização do Arquipélago de Açores⁷

Fonte: Azores (s.d)

Os Estados Unidos representavam as ideias rejeitadas pelo conservadorismo da ditadura lusitana; eram um sistema democrático contra o qual Salazar havia se declarado inimigo no passado e uma cultura escandalosa que fugia da constante católica vigente na mentalidade popular. Ressentindo a possibilidade de uma influência liberal dentro da civilização portuguesa pelo contato direto com nações atreladas a democracia liberal, Salazar precisou adaptar sua política externa, pois recusar a proposta iria levar a um contínuo isolamento nesse novo contexto global que já ocorria pela rejeição da posição de membro nas Nações Unidas em 1947 (Antunes, 2013).

No entanto, um acaso de adaptação política iria se transformar na principal ferramenta salazarista nas próximas décadas. Evitar o isolamento causado pelo Pacto Ibérico foi uma jogada feita para evitar maiores perdas pela posição portuguesa na época. Não é possível saber ao certo quando o governo salazarista percebeu uma oportunidade dentro desse novo contexto global mais internacionalizado e separado entre os dois blocos mundiais, mas o início da década seguinte viu Portugal firmando-se em uma série de atos internacionais em uma tentativa de legitimar o seu controle sobre as colônias africanas, em muito se utilizando do internacional para o desenvolvimento de seu projeto nacionalista, uma diplomacia voltada a conquistar o apoio de instituições e governos estrangeiros em sua máxima do império colonial (Rampinelli, 2014). Não tardou para que a PIDE se tornasse um desses mecanismos de barganha internacional.

⁷ Azores. Disponível em: <https://azores.com/azores>

Antes da criação da PIDE em 1945, o regime de Salazar possuía alguns instrumentos de controle e vigilância; a fusão entre entidades governamentais havia levado à formação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) em 1933, antecessora da futura PIDE. Construída nos moldes diversos de outras polícias secretas autoritárias e treinada pessoalmente pela GESTAPO, a PVDE recebeu mentoria alemã no tocante aos procedimentos burocráticos, técnicas de tortura e coerção. Trabalhando ao lado da Espanha durante a guerra civil no país, a instituição aprendeu com a nação vizinha e foi influenciada, assumindo para si certos valores presentes no regime de Franco (Mendonça, 2018).

Internamente, o maior inimigo do PVDE foi o Partido Comunista Português (PCP) e a influência comunista externa, no qual o Estado Novo considerava como o maior mal contra a estrutura portuguesa construída por Salazar. Diferente da GESTAPO alemã, a polícia política mantinha vigilância de seus líderes, reprimia movimentos populares associados a trabalhadores, manifestantes e grevistas. Os inimigos do regime eram presos, torturados por informações, o assassinato de indivíduos contrários ao regime também ocorria pelas mãos dessas instituições. Prisões eram realizadas injustamente sem julgamento prévio, muitos morriam nas celas da PVDE e diversos presos políticos enlouqueciam com o isolamento e as torturas em condições sub-humanas. Durante a década em que atuou o PVDE prendia em média 1300 pessoas por ano, totalizando 16891 presos em doze anos (Pimentel, 2023).

Com o fim do conflito na Europa em 1945, a PVDE passou por uma reforma para conseguir se ajustar às mudanças globais. Antes preocupada com o centro do Estado Novo na Europa, a corporação substituinte recebeu novos poderes e começou a encaminhar sua vigilância em todo o território nacional, expandindo sua jurisprudência para Angola e as outras colônias africanas, mas o processo de organização efetiva levaria uma década para ser institucionalizada e concluída em 1960 (Mendonça, 2018).

O Decreto-Lei n.º 35.046 de 22 de outubro de 1945 oficializou a constituição da PIDE, legalizando as atividades antes ilegais praticadas pela PVDE no próprio sistema constitucional. A PIDE operava como uma polícia preventiva, em que sua presença servia como dissuasão e seus plenos poderes de acusação e prisão preventiva sem a interferência de tribunais, advogados ou juízes permeavam um terror popular, promovendo a manutenção social pelo medo, já que não havia proteção contra a PIDE (Pimentel, 2023). A constituição da PIDE lhe atribuía uma série de funções e atividades em seu aparato constitucional, com o objetivo de proteger o Estado Novo de ameaças que tentassem contra a segurança nacional do regime, internalizadas nos artigos do Decreto-Lei n.º 35.046:

Art. 4.º Em matéria de repressão criminal compete à polícia internacional e de segurança do Estado a instrução preparatória dos processos respeitantes:

1.º Às infracções praticadas por estrangeiros que se relacionem com a sua entrada ou com o regime legal da sua permanência em território nacional;

2.º Às infracções relativas ao regime da passagem nas fronteiras terrestres e marítimas do continente e das ilhas adjacentes;

3.º Aos crimes de emigração clandestina e aliciamento ilícito de emigrantes;

4.º Aos crimes contra a segurança exterior e interior do Estado.

[...]

Art. 7.º À polícia internacional e de segurança do Estado cabe organizar os processos relativos à extradição dos criminosos e colaborar com a polícia judiciária e com as polícias estrangeiras na perseguição dos criminosos internacionais (Mendonça, 2018, p. 5)

Com a formação da OTAN, a PIDE usufruiu de uma internacionalização logo após a formação do pacto militar em 1949, com a polícia política portuguesa tendo representantes internos no órgão internacional. Foi formada uma comunicação entre as agências das nações constituintes do Tratado do Atlântico Norte, interagindo diretamente com nações europeias, asiáticas e americanas, colaborando em missões, trocas de informações e na contenção comunista. O maior aliado conquistado pela PIDE no início da década de 1950 foi a CIA, institucionalizada em 1947 (Pimentel, 2023).

Convenientemente, a experiência da PIDE em combater o Partido Comunista Português, cujo membros tinham contato direto com Comitê de Segurança do Estado da URSS (KGB) e recebiam treinamento do serviço de inteligência soviético era de interesse dos EUA, a corporação portuguesa tinha experiência em lidar com as táticas ensinadas aos membros do PCP, tornando a comunicação entre as agências valiosa para o aprendizado da CIA no contexto da Guerra Fria. O relacionamento recíproco garantiu a agentes da PIDE treinamento em 1957 nos Estados Unidos, enquanto a inteligência alemã havia instruído o antigo PVDE anos antes, a CIA conduziu a função de lecionar os enviados nos métodos modernos de vigilância e elevou a capacidade da agência salazarista, considerados antiquados em suas técnicas de espionagem. Essa relação não impediu a CIA de contratar agentes portugueses da PIDE como espões ou grampear os meios de comunicação entre os oficiais portugueses (Antunes, 2013).

A internacionalização da PIDE e a participação de Portugal representaram importantes mecanismos para retirar o Estado Novo da opressão causada pelo Pacto Ibérico e sua conexão com o movimento fascista. Era perceptível o receio de Salazar ao ingressar nessa nova sociedade internacional, não só ela representava aceitar uma influência estrangeira contrária

aos conceitos apoiados pelo regime, mas também abandonar a política externa vigorada desde o início do governo salazarista no início da década de 1930. No entanto, diferente de muitos ditadores que falhavam em uma visão de longo prazo Salazar compreendia que Portugal precisava conceder em sua posição para proteger seus interesses nacionais.

Apropriando-se de uma lógica anacrônica, o governo de Salazar percebeu que seria necessário participar da internacionalização global e passar para esfera de influência estadunidense, a nova potência mundial que havia substituído os britânicos, que já não possuíam poder para proteger os portugueses. Uma adaptação trouxe, na realidade, fôlego para o regime salazarista. A concessão de Açores para as forças da OTAN representara uma proteção portuguesa contra os empecilhos da pressão internacional, uma barganha política de importância estratégica na guerra fria. A partir do momento em que proteger Portugal se tornou muito custoso para os Estados Unidos na década 1960, os dirigentes foram forçados a considerar Açores como peça vital no combate a União Soviética, limitando reações expressivas conduzidas dentro das Nações Unidas. O sucesso da PIDE construiu no imaginário global uma Portugal anticomunista, que combatia por meio de sua polícia secreta os males da KGB e de simpatizantes do mundo oriental. Essa nova orientação pintou um quadro positivo português, uma conveniência no combate ao novo inimigo do ocidente, aceitando concessões a Portugal por sua importância estratégica no conflito (Antunes, 2013).

Entre 1950 e 1960, Portugal aparenta ter compreendido a vantagem de buscar legitimidade dentro do sistema internacional. Todas as decisões tomadas pelo regime eram feitas sempre levando em consideração a necessidade de assumir Angola e as outras colônias ultramarinas como parte de uma grande nação global fundada pelos exploradores do passado. Diversos mecanismos foram utilizados em uma tentativa ampla de conquistar isso entre as organizações internacionais e a população, de mostrar que não existia angolanos, mas sim portugueses de Angola, o mito de uma nação indivisível por natureza, mas isso será explorado com maior detalhe na próxima seção (Barroso, 2020).

O projeto nacionalista de Salazar, voltado a uma noção isolacionista em que o país providenciaria a si próprio, identificado na mobilização de investimentos em Angola, limitado em recursos externos e majoritariamente conduzido por um esquema político monopolizador estava conectada a uma política externa com requintes de participação internacional. O Estado Novo utilizava um contexto global moderno para justificar uma sociedade que via o mundo por uma lente presa ao século XVI, o saudosismo de um passado glorioso em meio a uma nova formação da humanidade.

2.2 PORTUGAL NA DÉCADA DE 1950: DIPLOMACIA E PROPAGANDA

Em 31 de outubro de 1953 foi proferido um discurso no *World Affairs Council of Northern California* pelo Secretário do Estado Adjunto para os Assuntos do Oriente Médio, Sul da Ásia e África, Henry A. Byroade⁸. Nele o secretário adjunto discursava sobre o colonialismo e dizia reafirmar a política estadunidense para o tema em questão. O tempo não poderia parar e o fim do colonialismo europeu em solo africano e asiático teria uma data limite, os Estados Unidos apoiavam ideologicamente a autodeterminação dos povos, de que o controle externo “alienígena” da Europa deveria ser substituído pela capacidade dos “dependentes” se autogovernarem, para que eles adquiram a capacidade de escolha, seja pela independência completa ou a ingressando em grupos como o Commonwealth Britânico.

No entanto, o Ocidente enfrentava um novo inimigo, um novo tipo de colonialismo, o imperialismo comunista. Nas palavras de Henry A. Byroade (1953), o colonialismo soviético representava uma instituição pior do que a ocidental, que mesmo tendo seus problemas, ainda prezava pela dignidade da população “dependente” e pelos princípios da democracia. O colonialismo de Moscou, no entanto, era traiçoeiro e enganava a povo com promessas apenas para escravizá-los e torná-los submissos a miséria. A política norte-americana preza pela independência dessas partes do mundo, que eles conquistem melhores condições de vida e liberdade para se autogovernar, associadas ou não aos antigos colonizadores, que esses não caíssem sobre a influência dos soviéticos. A presença europeia, mesmo que problemática, representa uma maior proteção contra a influência do comunismo, sendo o continente europeu seu aliado em providenciar ao mundo esse escudo.

Em seu discurso, Byroade (1953) expôs outro problema, a necessidade de evolução. Regiões como a África subsaariana acomodavam povos primitivos, havendo um sistema político, cultural e social demasiado fraco para a autodeterminação. Nesse sentido, seria a função dos colonizadores conduzirem os grupos não civilizados para que adquirissem a capacidade de autogoverno. O secretário apontava o sucesso dos britânicos, que em suas colônias formavam parlamentos entre “raças” distintas para promover a união e quebrar a desconfiança. Em Angola e Moçambique, os portugueses dividiam os nativos entre civilizados

⁸ Foreign Relations of the United States (FRUS), 1952–1954, Africa and South Asia, Volume XI, Part 1. Address by the Assistant Secretary of State for Near Eastern, South Asian, and African Affairs (Byroade), Asilomar, California, October 31, 1953. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1952-54v11p1/d21>.

e não civilizados, garantindo a capacidade de ingressar funções administrativas assim que atingissem os requerimentos e abandonassem características culturais como a poligamia.

A fala de Henry A. Byroade representa a máxima da política externa americana do qual Portugal iria se usufruir durante a década de 1950. O líder do bloco capitalista conduzia, muito pela sua defesa dos princípios democráticos que formaram o país em primeiro lugar, o fim do colonialismo ocidental, mas o receio de que uma crescente onda comunista tomasse o controle dessas antigas colônias. Os EUA mantinham um apoio velado a continuidade sistêmica e um processo gradual de autodeterminação, considerando parte da África incapaz de se autogovernar por faltar com as condições civilizadas.

Em sincronia, uma observação parecida pode ser comparada paralelamente para o regime salazarista. Durante seu governo, o presidente Dwight D. Eisenhower (1953 – 1961) ilustrou um posicionamento aceitável do Estado Novo, pontuando que governos autoritários eram necessários em sociedades que pecavam em instituições democráticas desenvolvidas. Uma possível queda de Salazar era preocupante, sem sua presença no comando do país havia o risco de a nação lusitana retornar a um estado de crise política anterior ao ditador, um espaço propício para o alastrar do comunismo. Assim como os Estados Unidos viam uma África sem a Europa como um risco para o avanço comunista, eles viam uma Portugal sem Salazar como uma ameaça igual (Antunes, 2013).

A ideia de uma transição gradual para a autodeterminação africana, como apontado por Byroade (1953), não era um interesse do projeto nacionalista de Salazar. O país lusitano não estava atrás de civilizar a população nativa de Angola como forma de desenvolver sua habilidade de autogoverno, pois para os portugueses, Angola era Portugal. Para proteger seus territórios ultramarinos e fazer o mundo acreditar no mesmo, a década de 1950 apresentou uma série de tentativas do regime salazarista de justificar sua continua presença na África. Na nova constituição de 1951, como movimento legitimador perante as Nações Unidas, o termo colônia deixou de ser utilizado no escopo constitucional português e foi oficialmente aderido o termo províncias e alteração do Ministério das Colônias para Ministério do Ultramar (Barroso, 2020).

Naquele mesmo ano, o Ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, chamou o renomado sociólogo brasileiro Gilberto Freyre para visitar Portugal e suas províncias ultramarinas no continente africano. A visita foi planejada para mostrar o melhor da nação lusitana, Freyre estava sempre acompanhado de indivíduos selecionados e era hospede em hotéis de alta qualidade. A PIDE acompanhou de perto essa visita, relatórios eram produzidos detalhando a viagem do sociólogo e sempre que esse estivesse interessado em visitar algum local indesejado, questões sobre tempo e agenda sempre surgiam, limitando sua estadia em localidades que

teriam revelado a verdadeira condição humana nas províncias ultramarinas, o trabalho forçado dos africanos nos moldes de uma escravidão. Dessa viagem surgiram quatro livros de caráter pseudocientífico escritos por Gilberto Freyre entre 1953 e 1961. Neles Freyre fortalecia a noção de Portugal como força colonizadora. Nos livros de 1953, “Aventura e Rotina” e “Um Brasileiro em Terras Portuguesas”, construía-se a legitimidade no domínio português pela formulação da teoria do lusotropicalismo, apoiando diretamente o ditador do Estado Novo. O regime salazarista encomendou outros dois livros do sociólogo sobre o mesmo tema, “Integração Portuguesa nos Trópicos”, de 1958, e o “Luso e o Trópico”, de 1961, utilizando-os como propaganda para justificar a colonização portuguesa (Rampinelli, 2014).

O lusotropicalismo argumentava que o colonialismo de Portugal era único pela condição em que o povo português havia surgido, uma sociedade multirracial pela interação entre europeus e árabes, possuindo uma capacidade única em gerir os trópicos e interagir com a população nativa dessas regiões, concretizando uma conexão com suas colônias, como Angola e o Brasil, não por um meio material, mas sim emocional e cultural (Barroso, 2020).

Essa teoria é mais um exemplo da propaganda portuguesa aderido pelo regime salazarista, vendendo Portugal como uma nação de maior relevância do que era considerado. A figura 8 a seguir exemplifica a utilidade de Angola e as províncias ultramarinas para Portugal. O uso do lusotropicalismo era uma das formas de justificar o controle de territórios fora da Europa e possuir essas grandes massas de terra permitia Portugal a vender-se como um estado mais significativo do que era compreendido pelo imaginário popular.

Figura 8 – Portugal não é um país pequeno⁹



Fonte: Macau Antigo (s,d)

⁹ Macau Antigo. Disponível em: <https://macauantigo.blogspot.com/2018/05/portugal-nao-e-um-pais-pequeno.html>

Possuir as colônias na África era a estratégia lusitana para se posicionar como uma grande potência de proporções globais e um passado para apoiar essa causa, mostrando que um país pequeno, na realidade, tinha uma maior dimensão territorial do que outras nações europeias.

Fugindo do teor propagandista e entrando na política internacional, Portugal atuou no Comitê para Cooperação Técnica na África Subsaariana formada pelas nações colonizadoras da Europa. Fundada em 1950, o Comitê era uma unidade política e econômica de caráter defensivo em uma tentativa de projetar a “Eurafrica”, buscando ampliar a conexão entre colônia e colonizador, o completo oposto do movimento global que apoiava a independência do continente africano e a autodeterminação dos povos. O grupo possuía interesse em oficializar-se como uma organização e tentava expandir a importância da parte sul do Atlântico na guerra fria em um movimento de convencer os Estados Unidos da necessidade da presença europeia em território africano para proteger o avanço da União Soviética (Barroso, 2020).

Ao longo dos anos houve uma série de projetos propostos por esse motivo, mas a incapacidade de mobilização entre o comitê surgia constantemente, como Portugal rejeitando todas propostas da África do Sul por acreditar estar interessada em expandir seu controle sobre o sudoeste africano. De maneira geral, muitas dessas propostas envolviam a construção e concessões de bases defensivas nas colônias no caso de um possível conflito direto contra a URSS. O comitê foi enfraquecido a partir da formação de nações africanas independentes em 1957, concedidas pelo Reino Unido e a França (Barroso, 2020).

Voltando aos Açores, em 1951, foi firmado o acordo oficial pelo uso da base das Lajes nas ilhas. Em caso de paz os EUA teriam controle sobre Açores por cinco anos até que uma renovação no contrato fosse concluída, em situações de guerra Açores seria utilizada se ambos estivessem aliados em um conflito ou até o fim da OTAN. Nas entrelinhas do acordo, Salazar conseguiu secretamente que o equipamento militar da OTAN pudesse ser utilizado na África, permitindo ser enviado diretamente de Portugal em defesa dos territórios lusitanos no continente africano, uma vitória para o regime salazarista nas recentes dificuldades com o Comitê para Cooperação Técnica na África Subsaariana (Antunes, 2013).

Após ter sua inserção nas Nações Unidas rejeitada por nove anos, Portugal conseguiu adentrar a organização em 1955 por meio de um *package deal*, um acordo firmado entre as duas superpotências que permitiu a entrada de dezesseis países de ambos os lados da Guerra Fria no órgão internacional. Logo que se uniu à ONU, a nação lusitana precisou passar pelas formalidades requisitadas na Carta das Nações Unidas. Nesse sentido Portugal deveria

apresentar uma lista de seus territórios sem governo próprio, como é apresentado no Artigo 73, divulgando esses dados ao Secretário – Geral da ONU (Antunes, 2013). Como consta na Carta das Nações Unidas:

Artigo 73. Os Membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância, e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios e, para tal fim, se obrigam a:

- a) assegurar, com o devido respeito à cultura dos povos interessados, o seu progresso político, econômico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua proteção contra todo abuso;
- b) desenvolver sua capacidade de governo próprio, tomar devida nota das aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo de suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes e os diferentes graus de seu adiantamento;
- e) transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro caráter técnico, relativas às condições econômicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis e que não estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os Capítulos XII e XIII da Carta (Planalto, 1945).

Aceitar o artigo 73 significaria cumprir com medidas contrárias ao projeto nacional salazarista, pois Portugal teria a necessidade de garantir a Angola e outras colônias uma voz mais ativa e respeitar o desenvolvimento de um governo autônomo para as suas colônias, arriscando perder o controle desses territórios. Entretanto, Salazar já havia previsto as complicações provenientes de entrar nas Nações Unidas por essa cláusula, por isso em 1951 ele modificou o conceito de colônias para províncias ultramarinas, fazendo de suas terras fora da Europa parte de Portugal, uma unidade única e com um governo. Quando o Estado Novo respondeu às demandas indicando que não havia qualquer território sem governo controlado por Portugal, países-membros das Nações Unidas teceram críticas ao estado lusitano pelo ato político traiçoeiro, mas os murmúrios enfraqueceram com o auxílio estadunidense após o evento. Esse foi o primeiro embate de diversos conflitos que o Estado Novo teria com a ONU (Antunes, 2013).

2.2.1 Portugal e Angola: nacionalismo e anticolonialismo

O fim do conflito na Europa em 1945 viu uma transformação global, os principais atores insurgentes da Guerra Fria iniciaram um processo que afetou as relações internacionais e os

Estados envolvidos nesse conflito entre as duas ideologias dominantes, como no caso de Portugal apresentado anteriormente. A colônia de Angola, chamada de província ultramarina a partir de 1951 também passou por mudanças significativas nesse período em seu escopo político e econômico, que surgiram por um contexto interno e externo, eventualmente levando a formação de grupos revolucionários e a luta pela independência (Guimarães, 1992).

O boom das commodities após a Segunda Guerra Mundial gerou um crescimento significativo da produção e exportação de café em território angolano, representando metade do lucro com o comércio externo. Em 1946, o comércio do cultivo cafeeiro gerava um valor próximo dos 180 mil contos (moeda portuguesa) e em 1960 passou para 1.263.000 (Minter, 1972).

Este boom das commodities e a valorização do café em solo angolano poderiam representar uma possível melhoria nas condições de vida da população africana, já que grupos de nativos negros possuíam plantações de café e cultivavam o produto por conta própria em um nível familiar, mas não possuíam a estrutura adequada para exportação. Empreendedores brancos começaram a adquirir o café para vender no mercado externo e trocavam-no por suprimentos necessários para a sobrevivência das vilas. Eventualmente, os produtores de café angolanos ficaram endividados com os imigrantes, que cobravam suas terras como forma de pagamento e depois induziam essa população negra que não mais possuíam os plantios de café a trabalharem para os novos donos daquelas terras, transformando a operação de nível familiar em grandes plantios cafeeiros focados na exportação do bem (Birmingham, 2015).

Nesse contexto, a região norte de Angola representou a maior parte desse processo transformador. Pois a produção cafeeira se tornou valiosa e começou a angariar a população africana em volta desse produto, fazendo com que 75% de todos os trabalhadores nativos na região norte estivessem envolvidos trabalhando diretamente no plantio do café, um processo intenso que unificou o trabalho forçado ao redor dessa conjuntura social. Devido à alta demanda necessária para o cultivo, os patronos portugueses começaram a contratar trabalhadores do centro e sul de Angola. Os Ovimbundu, povo originário da região sul, eram pouco amistosos com os Bakongo, originais do norte. Esse processo juntou ambos em um mesmo espaço, pensando em uma possível fricção entre ambos os grupos étnicos. Futuramente, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) seria formada pelos Ovimbundu e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) pelos congolezes e bakongos (Guimarães, 1992).

A década de 1950 foi marcada por projetos desenvolvimentistas conduzidos pelo regime português, a metrópole começou a investir na construção de infraestrutura e na transição

da província angolana de uma provedora de commodities para uma sociedade industrializada. Realizado principalmente por capital interno, os industrialistas portugueses aprovavam esse investimento, pois permitia a criação de monopólios em território angolano concedidos pelo próprio governo português. A partir desse momento, a província ultramarina passou a gerar uma maior renda para o regime salazarista, mas o projeto desenvolvimentista permitiu a Angola uma maior independência do investimento lusitano. A partir de uma urbanização na década de 1950, novas classes sociais surgiam nas crescentes cidades angolanas, trazendo os povos africanos para esses centros urbanos e criando uma sociedade em processo de industrialização, sem que essas abandonassem as suas origens culturais, um fracasso para a política de assimilação europeia. Esse acontecimento seria uma das bases para o desenvolvimento do nacionalismo angolano (Guimarães, 1992).

O boom do café e o desenvolvimento industrial de Angola atraiu uma nova onda de imigrantes europeus para as colônias em busca de riquezas, apoiado pelo próprio regime salazarista. O Estado Novo acreditava que impulsionar esse processo iria trazer uma nova era de exploradores portugueses, que começariam a desbravar as terras angolanas e se a assentar em regiões com pouca presença europeia, assim completando a dominação das colônias portuguesas. No entanto, esse novo projeto colonizador não ocorreu como esperado (Guimarães, 1992).

Figura 9 - População branca em Angola

TABLE 7

White Population in Angola

1940	44,083
1950	78,826
1960	172,529
1970	290,000
1973	335,000

Fonte: Guimarães (1992, p.143)

Esses imigrantes europeus foram atraídos pelas oportunidades crescentes que surgiam com o desenvolvimento das cidades e a industrialização de Angola, assim houve uma preferência pelos centros urbanos e não pelo interior pouco explorado da província ultramarina. A presença de novos colonizadores piorou a já complexa disparidade racial na colônia; desprovidos de escolaridade, esses imigrantes utilizavam o fato de serem brancos como forma

de garantir emprego no lugar da população negra em meio ao desenvolvimento industrial. Esse ato colocou os nativos em uma situação ainda pior, privando-os de acessar a sua já escassa posição dentro da sociedade civil angolana. A industrialização e a piora na marginalização da população africana construíram uma tensão social dentro das grandes cidades, um dos fatores que iriam resultar no início pela guerra da independência em 1961 (Guimarães, 1992).

Por esse e outros motivos é perceptível o teor narrativo das campanhas lusitanas ao redor de Angola e suas colônias. A ideia do lusotropicalismo e uma sociedade racialmente justa cai quando se encontra com a realidade que era ser negro na província de Angola. Se existisse de fato uma sociedade racialmente justa e desenvolvida como era defendido pelo regime salazarista, a população negra de Angola não seria tratada de maneira injusta, imposta a trabalhos forçados pelo Ato Colonial de 1930 e marginalizados pela chegada de imigrantes sem escolaridade, que garantiam empregos pela sua etnia pois lhe faltava conhecimento para trabalhar nas indústrias que surgiam na província angolana. Não apenas isso, mas a população africana era continuamente utilizada pelos interesses da metrópole e do governo salazarista.

David Birmingham (2015) expõe a sociedade angolana nesse período, aderindo à livros e experiências reportadas por escritores e visitantes regionais, mostrando a disparidade entre brancos e negros na província ultramarina, desmentindo a ideia do lusotropicalismo como força de igualdade racial. Seus relatos demonstram que a perspectiva otimista em relação à presença europeia proferida pelo Secretário do Estado Adjunto para os Assuntos do Oriente Médio dos Estados Unidos, Henry Byroade, em seu discurso apresentado anteriormente sobre a assimilação efetuada pelos portugueses não era praticada na realidade.

Enquanto as mulheres brancas portuguesas eram protegidas pelo conservadorismo do catolicismo lusitano, o mesmo não ocorria para as mulheres negras em Angola. Os patronos portugueses capturavam as mulheres de vilarejos cujo homens haviam fugido do trabalho forçado imposto pelo Ato Colonial e as aprisionavam como forma de coagir o retorno dos fugitivos. Nesse meio tempo os empregadores e empregados portugueses forçavam-nas a praticarem atos sexuais, que em certos casos geravam filhos bastardos “mestiços” nascidos dos trabalhadores portugueses, que estavam destinados a sofrerem a mesma opressão induzida pela população, já que também caíam na categoria de separação racial (Birmingham, 2015).

O trabalho forçado pelo qual as populações africanas passavam é outro fator a ser adicionado. Os números apontam que 300 mil nativos se encontravam em situação de escravidão, com recursos precários e acesso mínimo a condições básicas para a sua sobrevivência, divididos entre o campo e as cidades. Um episódio que ocorreu em 1945 demonstra o uso da população africana e a inexistente preocupação do regime salazarista com

o bem-estar dos nativos. Naquele ano o povo Kimbundu foi coagido pelo governo a cultivar algodão em seu território no lugar de outros grãos. Essa política do Estado Novo limitou os recursos alimentícios dos kimbundu e gerou uma epidemia de fome. Quando essa informação chegou pessoalmente a Salazar, sua resposta ao ocorrido foi fria, julgando a fome como algo inventado e comunicou a seu Ministro das Colônias para que continuasse o processo de expansão do plantio de algodão, afirmando que os “africanos preguiçosos” não iriam escapar e deveriam ser coagidos a trabalhar com maior intensidade (Birmingham, 2015).

Os acontecimentos apresentados nos últimos parágrafos sinalizam a diferença entre a narrativa salazarista e a realidade. Enquanto a população branca disfrutava de vantagens raciais dentro das províncias ultramarinas, a opressão contra os africanos mantinha-se intensa e expandiu-se com o início da década de 1950. Ainda sobre condições análogas à escravidão, Portugal vendia ao mundo a ideia de uma nação unida e próspera, indivisível por natureza pela complexidade racial do povo português. O lusotropicalismo servia apenas como propaganda, como todas as outras tentativas portuguesas de garantir seu domínio sobre os seus territórios fora da Europa. A realidade mostra que o regime salazarista, em seu projeto nacional, utilizava Angola como meio de engrandecer sua posição perante os meios internacionais, mas em seu lugar o povo de Angola era marginalizado por uma minoria branca que os oprimia para capturar recursos e garantir o próprio sucesso.

Esse último adendo é perceptível ao tratar sobre o crescimento da malha agrícola em Angola durante esse período. Nessa condição, tanto do café e algodão, os portugueses não viam problema em colocar grupos étnicos distintos para trabalhar em condições sub-humanas no mesmo ambiente ou causar fome ao forçar um povo a produzir um recurso do qual eles não poderiam usufruir, sendo utilizado pelos comerciantes para gerar lucro direto aos portugueses. O projeto produtivo realizado a partir da década de 1950 era uma estratégia para ampliar a capacidade produtiva de Angola e a construção de monopólios para a atuação dos industrialistas portugueses, dessa forma beneficiando a metrópole enquanto mantinham as massas em subserviência.

Angola e as outras colônias eram uma base exploratória de recursos humanos e naturais para disponibilizar a Portugal lucros exorbitantes, ao mesmo tempo que serviam como razão de estado para o comando de Salazar e a força nacionalista de Portugal, assim podendo manter a narrativa histórica saudosista de uma potência europeia que explorou e colonizou o globo. Nesse sentido, Angola servia ao regime salazarista de duas formas: uma região rica com uma população subordinada, indicando uma fonte de trabalho comparável à escravidão e um símbolo nacional que garantia controle para o Estado Novo e a ideia de uma grande civilização.

Entretanto, a política salazarista acelerou o processo de descolonização de Angola. O crescimento dos centros urbanos e a formação de uma classe industrial africana permitiu a chegada de novas ideias, a incapacidade de assimilação e a continuidade das culturas nativas permitiu a propagação de ideias nacionalistas e da autodeterminação dos povos, influenciadas pelo anticolonialismo presente na África após a segunda guerra mundial e o processo de independência de diversas nações africanas começaram a introduzir as ideias de uma independência para Angola. O aumento significativo de imigrantes brancos, projetado por Portugal como uma nova onda de exploradores e colonizadores acabou gerando discórdia ao ampliar as injustiças contra a população africana e conduziu ao questionamento da estrutura social presente na sociedade da província ultramarina. Portugal tentou tanto manter suas colônias e conduzir a ideia de uma grande nação ao tentar torná-las parte de seu próprio país e economicamente úteis à metrópole, cujo atos serviram apenas para acelerar a Guerra pela Independência e o fim de seu domínio sobre a África (Guimarães, 1992).

Iniciando suas funções na cidade de Luanda em 1954, a PIDE iria terminar de estabelecer sua estrutura em Angola no ano de 1957 com a criação dos postos de vigilância nas fronteiras. Essa corporação viria a se tornar a mais eficiente arma salazarista na opressão dos movimentos anticoloniais, encarcerando e torturando cidadãos que estivessem ligados a sociedades contrárias a presença lusitana, chamadas de atividades “subversivas”. Não obstante, além da repressão praticada, a PIDE também estudava as sociedades africanas para entender o cotidiano dos nativos e as táticas de resistência perpetuadas ao longo dos séculos. Em 1959, a PIDE apreendeu 57 angolanos e outros dissidentes portugueses que estavam envolvidos nesses movimentos considerados como uma ameaça nacional, esse número mostra a presença da PIDE como fundamental na opressão conduzida pelo Estado Novo (Mendonça, 2018; Ball, 2017).

A formação da resistência angolana enfrentava dificuldades em florescer pela opressão do regime salazarista, mas conforme nações africanas conquistavam sua independência a rebeldia crescia inspirados pelo sucesso. A chegada desses novos países independentes nas Nações Unidas iria representar o contingente do isolamento internacional empreendido contra o Estado Novo (Antunes, 2013). Em um contexto contemporâneo, outras potências colonialistas europeias, como os britânicos e franceses, acreditavam que o desenvolvimento econômico dos territórios africanos sob seu controle representaria uma vantagem lucrativa após o conflito contra a Alemanha em 1945. O efeito foi comparável ao de Angola, o crescimento das cidades permitia a chegada de ideias nacionalistas que acompanhavam o repúdio dos nativos pelo atual estado político e econômico dentro das colônias, a independência havia se tornado inevitável (Best et al, 2015).

As nações europeias tentavam recorrer à formação de organizações que representassem a metrópole e a colônia em uma tentativa de apaziguar as contestações nacionalistas como a *Commonwealth* Britânica e a Comunidade Francesa, com os britânicos vendo sucesso parcial. Nos casos em que a força militar foi utilizada, como na guerra pela independência da Argélia iniciada em 1954, o conflito serviu apenas para postergar o inevitável. A Argélia conseguiu angariar suporte ao persuadir a comunidade internacional da importância de sua luta no combate a opressão europeia e danificou a imagem francesa mundialmente, resultando no fracasso do projeto colonial francês. Em 1956, a França concede independência para Marrocos e a Tunísia em uma tentativa de limitar as reprisarias externas, sem sucesso. No ano de 1957, Gana conquistou sua independência, em junho de 1960 a Bélgica permite o mesmo processo para o Congo e no final daquele mesmo ano a Nigéria atinge o mesmo sucesso. Essas novas nações independentes olhavam com desgosto a presença portuguesa na África e ideias como o panafricanismo, cujo movimento considerava o povo africano como uma frente unida por valores culturais em comum, motivavam o continente a combater a presença europeia e que essa fosse substituída por nações africanas livres (Best et all, 2015).

2.3 AS PRIMEIRAS MOVIMENTAÇÕES PELA INDEPENDÊNCIA EM ANGOLA

A introdução das reformas portuguesas em conjunto com o movimento anticolonial internacional foram os fatores que causaram o estopim do nacionalismo angolano e a formação dos grupos revolucionários no final da década de 1950. A origem das reivindicações nacionalistas de Angola tem raízes datadas nos últimos anos do século XIX quando os jornais e grupos sociais usufruíam de liberdades garantidas ofuscadas a partir de 1920 por receio a movimentos contrários à presença portuguesa. Os jornais fomentavam a formação de uma identidade angolana e atacavam a marginalização causada pelo poder colonial e grupos como a Liga Angolana, fundada em 1912, que propunham maior independência para Angola, mas não apoiavam necessariamente a separação de Portugal, além de buscarem aprimorar o acesso intelectual para a sociedade angolana (Ball, 2017).

Jovens estudantes e outros intelectuais se reuniam em grêmios nos novos centros urbanos após a Segunda Guerra Mundial para discutir a possibilidade de independência para Angola. De origem mulata e educados intelectualmente, esses indivíduos foram influenciados por ideias marxistas e abandonaram a perspectiva de reforma colonial propagada pelos pensadores de duas décadas atrás, muitas dessas conjunturas eram descobertas, fechadas e seus membros presos. (Guimarães, 1992).

É necessário apresentar os movimentos revolucionários de Angola, suas origens e diferenças para melhor compreender o contexto da luta pela independência e o seu direcionamento. As dinâmicas presentes entre esses grupos moldaram o formato da Luta Armada de Libertação Nacional. Inicialmente a União das Populações do Norte de Angola (UPNA) fundada em 1954, mudou o nome para União das Populações de Angola (UPA) quatro anos depois, transformando-se após absorver um outro movimento revolucionário em FNLA. Originários do norte rural de Angola e de etnia bakongo, a UPNA começou como um movimento em prol da restauração do Reino do Kongo e dos descendentes dos monarcas depostos pelos europeus. Foi apenas em 1958 em que as ideias nacionalistas influenciaram Holden Roberto a mudar de perspectiva em relação aos seus interesses para a África, o futuro líder do Governo de Resistência de Angola no Exílio (GRAE) transferiu as convicções monarquistas da UPNA para uma unidade de resistência ao controle português e a independência angolana, renomeando o movimento UPA (Guimarães, 1992).

A UPA era um movimento ligado a países capitalistas. Holden Roberto era um anticomunista declarado e as suas visitas aos Estados Unidos em busca de apoio para a causa revolucionária em Angola proporcionaram contatos com políticos estadunidenses, como o senador e futuro presidente John F. Kennedy em 1957 (Antunes, 2013). Holden Roberto era um aliado próximo da República do Congo após sua independência, tendo o apoio incontestável do governo recém independente a partir de 1960. Por causa de seu contato com os EUA e outras potências do ocidente era difícil manter uma relação com os outros movimentos revolucionários, que não viam com bons olhos essa conexão. A FNLA se apresentava ao mundo como um movimento independente de etnicidade, mas isso estava longe de ser verdade, os bakongo tinham receio de brancos e mestiços, acreditando que os últimos eram privilegiados pelo colonialismo português dentro da sociedade angolana (Ball, 2017; Da Silva, 2018).

O primeiro movimento revolucionário de grandes proporções a ser fundado em Angola ainda na década de 1950 foi o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em 1956 com a fusão de dois partidos. De origem marxista e anti-imperialista, o movimento surgiu nas grandes cidades por intelectuais, fruto do urbanismo criado pelo projeto desenvolvimentista português. Liderados por Agostinho Neto, tinha em sua composição tanto brancos como mulatos e majoritariamente composto pela etnia Ovibumdo, o oposto do FNLA, o movimento urbano possuía diversidade em seus membros. Tinha também em seu princípio formar uma democracia que envolvesse todas as etnias e organizações, sem julgar o sexo ou a identidade dos indivíduos. Receberam suporte do mundo socialista, como a China e a União Soviética (Da Silva, 2018).

A década de 1960 culminou no ápice do embate entre Portugal e a África, o conservadorismo de uma realidade que não mais existia utilizava de quaisquer meios para manter o status quo enquanto enfrentava o progresso que observava a presença de forças externas como um empecilho para o desenvolvimento da população africana. Ambos utilizavam de um novo contexto, um mundo recém internacionalizado, como forma de persuadir outras nações em apoiar suas causas. Enquanto Portugal utilizava a Guerra Fria, o medo do comunismo e o saudosismo histórico como arma para assegurar seu controle das províncias ultramarinas, os estados africanos procuravam conceitos modernos, como o nacionalismo e a autodeterminação dos povos para conquistar sua independência e expandir essa luta por intermédio das organizações internacionais e se a resistência armada fosse a única opção para trazer essa mudança, então assim seria feito, como foi o caso de Angola a partir de 1961.

No dia 3 de fevereiro de 1960, o primeiro-ministro britânico Harold Mcmillan manifestou-se perante o Parlamento da África do Sul na Cidade do Cabo. Esse acontecimento seria marcado na história como o renomado discurso “Winds of Change”. Nesse ocorrido, Mcmillan (1960) constata que compreendeu a consciência nacionalista na África como um processo inevitável e que os ventos da mudança perpassavam por todo o continente, de diferentes formas, mas com uma presença inquestionável e que a tentativa de resistência por parte dos europeus iria representar uma ameaça à paz mundial entre o Ocidente e o Oriente.

Era essa inevitabilidade que o regime salazarista recusava a ceder como uma perspectiva real, pois naquele período não havia sinais explícitos que indicavam o início de um conflito armado e mesmo se os ventos de mudança fossem perceptíveis em terras lusitanas, Salazar e seus ministros pouco compreenderiam como uma possibilidade. Por consequência, a paz não perdurou e o território angolano decaiu em conflito, marcando a década de 1960 na história portuguesa e angolana como um período sangrento de embate entre as forças armadas lusitanas e as guerrilhas nacionalistas.

Ainda no mesmo ano, novos membros das Nações Unidas colocaram pressão sob Portugal, questionando a legitimidade de seu controle sobre os territórios ultramarinos. A ONU aprovou em dezembro uma série de resoluções buscando que Portugal alinhasse suas diretrizes com o artigo 73, do qual ele havia escapado anos antes, e requisitavam o fornecimento de informações sobre seus domínios coloniais. O regime conseguiu escapar desse processo apontando que as Nações Unidas haviam aceitado a entrada de Portugal em 1955 e que esse havia deixado claro suas intenções ao apresentar as províncias ultramarinas como parte do estado lusitano, fazendo das resoluções um retrocesso de um fato já mutualmente acordado (Antunes, 2013).

O sucesso português foi limitado, já que a Assembleia Geral da ONU estabeleceu, com essas resoluções, a ilegalidade de qualquer forma de colonização, e mesmo que o termo não fosse mais utilizado, sendo essa a própria tática do Estado Novo, o ato representou uma questão muito importante: a comunidade internacional não aceitava mais o colonialismo e Portugal estava marcado como um de seus últimos grandes defensores. A pressão das nações africanas e asiáticas também tiveram outra conquista: impediram a indicação de Portugal para o Conselho de Segurança da ONU pelos Estados Unidos (Ball, 2017; Antunes, 2013).

Internamente, os primeiros sinais da luta armada em Angola surgiam em sincronia com a pressão internacional. Entre novembro e dezembro de 1960, houve um levante rebelde do povo kimbundu na baixa do Cassange. Revoltados pela obrigatoriedade do cultivo de algodão, levando a população a péssimas condições de vida, os kimbundu cessaram o trabalho forçado e o pagamento dos impostos. De início, as forças militares enviadas tentaram intimidar a população a voltar ao trabalho, o que serviu apenas para descontrolar a situação e a revolta passou a atacar comércios locais e estruturas religiosas. Como resposta, os militares começaram a usar da força para reprimir a população a voltar ao trabalho em 1961 (Ball, 2017; Štěpánová, 2007).

Revoltas isoladas ocorreram durante todo o período salazarista e eram eliminadas com poucas consequências sociais, escondidas da mídia para evitar que a notícia se espalhasse e gerassem maior revolta. O levante dos kimbundu representou o primeiro dos conflitos que identificavam o sentimento de rebelião social no ano de 1961 (Ball, 2017; Štěpánová, 2007)

Em fevereiro de 1961, duzentos indivíduos revoltados com a repressão portuguesa invadiram prisões em Luanda com o objetivo de libertar prisioneiros políticos, fracassando e causando a morte de quarenta dos seus e de sete policiais. Um evento isolado sem conexão direta com os movimentos revolucionários, recebeu atenção midiática pelo fato de que muitos jornalistas estrangeiros estavam presentes na cidade na época, presenciando não apenas a invasão às prisões, mas também o que aconteceu logo em seguida. O ocorrido resultou em uma resposta reacionária de grupos brancos, que saíram às ruas e entravam em casas de bairros negros menos afortunados, ceifando a vida de muitos com a ideia de uma justiça pessoal. Jornalistas foram deportados e seu equipamento confiscado. Como resposta, a PIDE intensificou sua perseguição aos movimentos revolucionários enquanto Luanda sangrava por tensões sociais após os incidentes no início de fevereiro (Ball, 2017; Antunes, 2013).

A tentativa de libertar os presos das cadeias lusitanas é um marco inicial do interesse global pelo conflito em Angola. Aproveitando-se da ampla cobertura midiática, o MPLA declarou que a luta armada anticolonial havia iniciado (Štěpánová, 2007). O grande catalisador

da guerra veio um mês depois quando os trabalhadores das fazendas de café no norte de Angola começaram a cobrar pelos seus serviços; na época os pagamentos estavam atrasados e a falta de dinheiro gerou insatisfação entre os empregados negros. As tensões estavam em alta pelos últimos eventos em Luanda, vendo essa ação como um risco a região decaiu em conflito quando os colonos brancos atacaram os negros. Na época a UPA, futura FNLA, coordenou a represália contra os colonos e transformou o contra-ataque em uma resistência armada, passando a controlar o território norte; os números expõem a morte de mais ou menos 1500 africanos e entre 300 e 500 colonos brancos, a etnia Ovimbundu foi alvo dos ataques da UPA, considerando-os como beneficiados pelo regime lusitano (Ball, 2017; Birmingham, 2015). Esse incidente marca o início da Guerra pela Independência, que será explorada a seguir.

2.4 GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA E AS REAÇÕES INTERNACIONAIS

A resposta imediata do governo salazarista foi armar a população. Os colonos recebiam equipamento para tentar limitar o avanço da UPA e alguns decidiam ir ao confronto, agindo em conjunto com as forças militares presentes em Angola. Esses habitantes brancos lutavam para manter o *status quo* da sociedade, temendo perder as suas vantagens raciais caso os angolanos africanos viessem a derrotar Portugal e conquistar a independência. Muitos iriam atuar nos anos seguintes da guerra formando grupos de caça contra os revolucionários (Guimarães, 1992). Enquanto isso, o MPLA, situado em Luanda e nas proximidades da capital, foi enfraquecido pelos atos coordenados da população branca em conjunto com os soldados regionais. Mais importante foi a atuação da PIDE ao enfraquecer as frágeis infraestruturas do grupo, limitando sua presença na região. O MPLA iria continuar ativo, mas a principal força anticolonial pelo resto do ano seria a UPA no norte de Angola (Antunes, 2013).

No norte da província, os revolucionários da UPA avançaram em direção ao sul, mas quando encontraram a resistência dos colonos foram forçados a dar início a uma guerra de guerrilha. Para evitar o avanço de meios de transporte, os revolucionários usufruíam de diversos métodos: cavavam buracos nas estradas, jogavam pregos nas ruas com o objetivo de furar pneus e derrubavam árvores para impedir a passagem, o que invalidou qualquer tentativa de movimentação por parte dos contingentes lusitanos pelo próximo mês (Brinkman, 2006). O desembarque das tropas portuguesas em abril mudou o rumo do conflito, antes enfrentando as forças locais de 3.000 soldados aliados aos colonos brancos, os insurgentes se viam em desvantagem numérica. Com um número próximo de 50.000 soldados portugueses atuando em

Angola no final de 1961, enfrentado um inimigo que dispunha de equipamento militar de ponta fornecidos pelos Estados Unidos, a UPA foi forçada a recuar (Ball, 2017; Štěpánová, 2007).

Em relação ao armamento utilizado pelos portugueses durante o conflito, eles dispunham das armas concedidas pela OTAN no acordo secreto por Açores e suprimentos da África do Sul, receosos de que o avanço revolucionário poderia chegar em seu território. Devido à dificuldade do movimento terrestre pelas estradas, a força aérea portuguesa bombardeava vilarejos da UPA com Napalm fornecido pelos Estados Unidos, um líquido militar inflamável muito utilizado futuramente no Vietnã (Antunes, 2013; Birmingham, 2015).

O principal uso dessa arma incendiária surgia no contexto da guerra de guerrilha, os soldados da UPA utilizavam de rotas não detectáveis para conseguir suprimentos e armas da sua base no Congo. Seus esconderijos nas florestas eram de difícil acesso e proeminentes a táticas de emboscada. Para quebrar o esforço guerrilheiro é necessário cortar a cadeia de suprimentos das forças revolucionárias, o esforço da inteligência portuguesa conseguiu identificar essas rotas escondidas, fechando um cerco as florestas e cortando o contato dos grupos guerrilheiros da UPA. Nesse contexto, os bombardeios eram utilizados para destruir tanto as rotas de suprimentos quanto para eliminar as vilas que abrigavam membros da UPA (Brinkman, 2006).

Nos meados de agosto de 1961, a luta armada já parecia perdida. A conquista de Nanbuangungo pelas tropas portuguesas representava uma queda derradeira nos esforços guerrilheiros praticados pela UPA, que perdiam moral conforme o conflito se tornava mais sangrento. Dois meses depois os lusitanos reconquistaram todos os locais abandonados após o avanço dos revolucionários nos primeiros meses da guerra e em pouco tempo recuperaram a região norte por completo. Salazar não enfrentava a UPA apenas no campo de batalha, mas também eram realizados esforços sociais e econômicos para limitar o apoio popular aos revolucionários. Em agosto, foi abolido o Indigenato, instrumento jurídico racial e repressivo que limitava o acesso a direitos e autorizava os trabalhos forçados. Como forma de apaziguar as críticas nacionais e internacionais, também permitiu melhor acesso à educação para os angolanos e acabou com a diferença salarial entre brancos e negros. Essa política salazarista serviu para enfraquecer os movimentos e sua causa, tentando demonstrar a população angolana que mudanças estruturais seriam realizadas (Štěpánová, 2007).

O enfraquecimento da UPA e o retorno do norte às mãos lusitanas mudou a liderança do conflito para o MPLA, que mesmo enfraquecido em Luanda pelos esforços da PIDE, em fevereiro ainda eram atuantes na região. Renomeado FNLA no ano seguinte, a antiga UPA iria agir entre as fronteiras do Congo e Angola, realizando ataques contra o domínio português

periodicamente pelos próximos treze anos. Juntando-se a eles em exílio no Congo em 1963 estava também o MPLA, que foi expulso de Angola e tentava se organizar em solo estrangeiro. Ambos brigavam entre si, travando um conflito violento no escopo político e social devido a suas origens ideológicas, o FNLA sendo apoiado por potências capitalistas e o MPLA por nações comunistas. Os dois grupos acreditavam serem a principal liderança opositora a Portugal e tentavam atuar nesse direcionamento, o que servia apenas para enfraquecer uma possível frente unida contrária ao domínio do Estado Novo (Guimarães, 1992; Štěpánová, 2007).

Tratando sobre o conflito, as estratégias aplicadas por Portugal no campo de batalha indicam que a guerra havia se tornado intrinsicamente racista. De acordo com Štěpánová (2007), relatos indicam que o sentimento psicológico que rondava os soldados portugueses eram o de agressividade e oposicionismo coletivo contra as forças revolucionárias. Esse posicionamento é reforçado por um relatório produzido por missionários batistas que atuavam ajudando os refugiados da guerra. De acordo com esse relatório, logo que as tropas desembarcavam em Luanda, os oficiais discursavam que todos estavam naquele local para enfrentarem selvagens irracionais, comparados a vermes. Ainda no relatório, os missionários acusavam Portugal de estarem exterminando a população negra, aprisionando e fuzilando homens, mulheres e crianças a sangue frio com vilarejos sendo queimados pelos caçadores brancos.

Outro exemplo do caráter racial do conflito insurge na composição das tropas portuguesas. Os soldados negros convocados para lutar pelos lusitanos serviam para proteger os brancos compondo as forças armadas. Uma das táticas dos guerrilheiros era o uso de minas em estradas para impedir o avanço do exército, e os negros eram forçados a atravessar esse mar de minas, muitas vezes suicidando-se para permitir que as tropas brancas passassem por essas regiões sem baixas. Isso indica que não havia verdadeira preocupação com o bem-estar da população negra durante o conflito: não somente eram posicionados como sacrifício para protegerem os brancos, mas também na atuação lusitana em promover a agressividade de seus soldados, vendendo a resistência como animais selvagens e por consequência levando a morte de inocentes. O conflito sangrento apresentava claros indícios de racismo em sua base e a brutalidade era seguida pela ideia da indivisibilidade de Portugal. O regime salazarista nunca aceitaria perder seu território em Angola, essencial pelos seus recursos naturais e humanos, além de vital na perspectiva nacionalista de um grande império. O Estado Novo não mediria esforços em qualquer medida necessária para manter Angola (Birmingham, 2015).

Em 1964, uma nova organização se uniu ao confronto pela independência, a UNITA. Fundada por Jonas Savimbi, antigo membro da FNLA que se distanciou do grupo e formou sua

própria luta armada. Entrando no conflito em 1966, buscava o apoio popular das massas e era o elo mais fraco dos guerrilheiros. A sua ideologia variava de acordo com as necessidades políticas, mas eram oficialmente maoístas. De cunho religioso, os revolucionários da UNITA desejavam trazer justiça social e progresso a uma Angola independente. Essa divisão da resistência anticolonial tornou o embate mais complexo, onde a rivalidade pelo título de verdadeiro líder da revolução terminava em confrontos diretos. Em diversos momentos os exércitos se encontravam no campo de batalha em um embate quadruplo. A desunião ajudou Portugal, facilitando a investida e no enfraquecimento da revolução (Da Silva, 2018).

O sucesso de Salazar permitiu com que o conflito esfriasse e partisse para uma condição de combate contra as forças revolucionárias ocasionalmente ao custo de muito sangue derramado, com os números de africanos mortos até o final de 1961 variando entre 30.000 a 50.000 mil. No entanto, enquanto o Estado Novo via sucesso em destrinchar os esforços guerrilheiros, a posição internacional do país ruía com o conflito (Ball, 2017).

2.4.1 O mundo contra Portugal

Portugal teve sucesso em sobrepor a rebelião revolucionária. O êxito interno, todavia, foi invisível no contexto internacional. Logo após a invasão das prisões na capital Luanda em fevereiro de 1961, a ameaça nas Nações Unidas cresceu quando a Libéria apresentou um requerimento para que a situação de Angola fosse discutida pelo Conselho de Segurança da ONU. A Libéria argumentava que o domínio português deveria ser cessado, pois já estava na hora, em meio à onda anticolonial, de que Angolana conquistasse sua liberdade. O bloco comunista e afro-asiático aderiu ao posicionamento da moção africana. Em menos de um ano a ONU voltou a discutir sobre Portugal e suas colônias. Para complicar a situação portuguesa, naquele momento o maior aliado do governo salazarista começou a tomar uma postura de oposição. Os Estados Unidos de Kennedy passaram a apoiar as medidas contrárias a Portugal dentro da Organização Internacional (Antunes, 2013).

Portugal manteve seu aparato argumentativo, assegurando que Angola era uma província lusitana e que o Conselho de Segurança não possuía o direito de se envolver com um conflito interno. Esperando vencer a moção com o auxílio de seu aliado, os Estados Unidos, o regime salazarista observou o governo norte-americano se tornando uma força ativa do anticolonialismo no contexto internacional (Antunes, 2013).

A posição dos Estados Unidos era complexa, pois tentava manter uma série de objetivos perante a Guerra Fria e na sua condição de líder do mundo capitalista. Em primeiro lugar,

diferente do seu predecessor Eisenhower, o Presidente estadunidense John Kennedy apoiava a causa da África para os africanos. Isso adicionava um teor ideológico na campanha americana. Existia também o receio de que conforme as Nações Unidas intensificassem o cerco internacional contra Portugal, uma orientação favorável à nação lusitana poderia acarretar o descontentamento da sociedade global, arriscando um protagonismo soviético e a perda de prestígio para a nação dos EUA. Ainda assim, a política externa construída por Portugal durante a década de 1950 começou a surtir frutos, impossibilitando o governo americano de tomar ações bruscas contra o regime salazarista com o receio de que o contrato por Açores fosse reincidido, o que era levado em consideração pelos Estados Unidos em todas as decisões, era preciso circundar o caso de Açores para evitar problemas na defesa militar contra o bloco comunista. (Antunes, 2013).

Por isso a diplomacia estadunidense tentou diversas vezes convencer Salazar a modificar sua política colonial. Encontros eram marcados entre o líder português e o embaixador norte-americano no país, nos quais o último argumentava que a melhor decisão possível para Salazar era promover uma maior independência de Angola e sua população. Sabendo da importância econômica que a província tinha para Portugal, os EUA prometiam aumentar a assistência econômica e engajar em convencer outros países da OTAN a realizarem o mesmo. Ainda assim, a recusa do ditador português mantinha-se firme, afirmando que os eventos em Angola insurgiam da influência comunista, e que o dever dos norte-americanos era enfrentar essa ameaça, não ser complementar a ela. No dia 15 de março de 1961, coincidindo com o início do combate no norte de Angola pela UPA, foi aprovada a resolução do Conselho de Segurança que pedia reformas estruturais voltadas à autodeterminação e à formação de uma subcomissão para estudar o caso de Angola. Logo após isso, como o início do conflito em Angola e o embate entre as forças militares portuguesas gerando insatisfação pública, o assunto voltou ao centro da ONU e três meses depois, em 9 de junho, uma segunda moção foi aprovada, dessa vez requisitando o fim do conflito e da repressão portuguesa. Todas as decisões do Conselho de Segurança tiveram o voto dos EUA (Antunes, 2013).

A complexidade da orientação norte-americana pode ser mais bem explorada ao analisar memorandos e relatórios do governo estadunidense. Essas fontes analisadas a seguir, de 1962 a 1967 mostram não só a perspectiva dos Estados Unidos, mas também a importância política do conflito em Angola. Foi a partir dela que os EUA definiram seu esforço pela autodeterminação dos povos na África com o objetivo de proteger seus interesses na região contra o avanço comunista.

Um memorando escrito pelo secretário de Estado adjunto para Assuntos Africanos Williams (1962)¹⁰ para o Secretário de Estado norte-americano revela uma oposição estadunidense além dos meios internacionais. Em sua apresentação, Williams (1962) tenta convencer o governo a apresentar medidas incisivas para apoiar a UPA e seu líder Holden Roberto. Os EUA estavam mantendo contato com o movimento de independência e oferecendo apoio pessoal e técnico por agentes da CIA no Congo (Antunes, 2013).

Os argumentos apresentados por Williams (1962) indicam a presença de uma oposição interna contrária ao suporte governamental ou um receio em estabelecer uma ligação com o grupo. Devido a recusa de integrar Holden Roberto a Missão dos Estados Unidos as Nações Unidas, o secretário opina apresentando sua máxima “o terrorista de hoje é o estadista do futuro”. Nesse sentido, limitar os esforços em auxiliar o GRAE poderia levar a UPA a se aproximar dos soviéticos e outras entidades antagônicas ao ocidente. De acordo com o estadunidense, essa seria uma oportunidade de tentar se aproximar do MPLA por meio da UPA e desestabilizar a influência socialista de dentro do movimento.

Um relatório produzido pelo Diretor de Inteligência Central Rufus Taylor (1967)¹¹ indica que a percepção norte-americana pouco mudou com o passar dos anos. Mesmo prevendo o contínuo enfraquecimento dos movimentos revolucionários e a sua incapacidade de conseguir resultados satisfatórios na luta armada, ainda acreditavam que os acontecimentos representavam um perigo constante da influência socialista. Já nessa época as forças guerrilheiras haviam sido forçadas a recuar para o Congo, requisitando uma interferência externa impossibilitada pelas amarras constituídas por Açores e a polêmica vigente ao opor um aliado militarmente. O relatório também comenta sobre a situação de outras nações africanas e seus conflitos internos, um fato que demonstra o crescimento do interesse norte-americano pela África.

De maneira geral, os EUA apresentavam uma política externa consistente durante todo o conflito. Eles requisitavam o acatar da autodeterminação dos povos por parte de Portugal dentro da ONU. Ao mesmo tempo, eles pensavam em estratégias para contornar as demandas de Açores, como pedir auxílio dos outros membros da OTAN para lidar com um eventual desacordo pelo uso das bases militares na região. Essa perspectiva foi exposta pelo Secretário

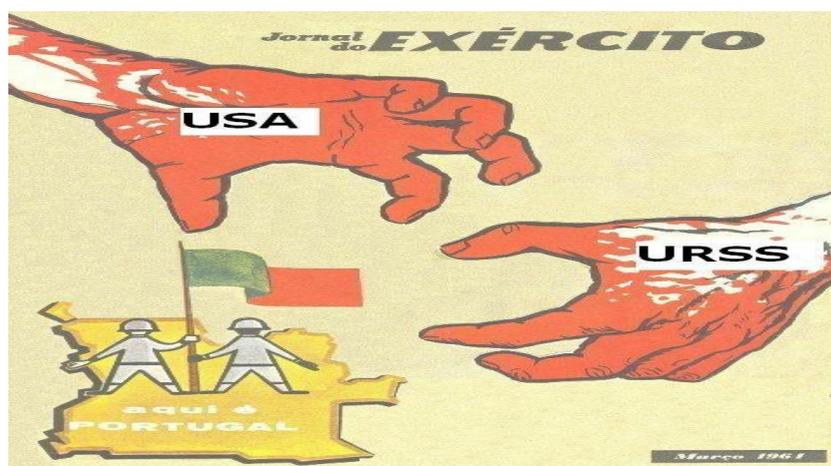
¹⁰ Foreign Relations of the United States, 1961–1963, Volume XXI, Africa. Memorandum From the Assistant Secretary of State for African Affairs (Williams) to Secretary of State Rusk. Washington, October 23, 1962. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v21/d360>.

¹¹ Foreign Relations of the United States, 1964–1968, Volume XXIV, Africa. National Intelligence Estimate, Washington, November 24, 1967. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v24/d408>.

de Estado Rusk (1963)¹² ao presidente Kennedy, acreditando que os Estados Unidos deveriam dar um passo à frente e trabalhar na sua doutrina contrária a presenças externas dominando a África. Novamente retomando o assunto do perigo que uma União Soviética ativa poderia impactar a imagem internacional dos Estados Unidos e uma expansão do socialismo para o continente africano.

Nesse sentido, a luta armada em Angola foi importante ao chamar a atenção dos EUA para o território africano, fazendo com que o tema fosse discutido ao longo dos anos pela liderança política estadunidense e que, por consequência, passou a se expressar sobre as estruturas sociais controladas por minorias brancas ainda presentes no continente, como no caso da África do Sul, citado por Taylor (1967) em seu relatório que abrange diversos casos de conflitos armados na região. É possível inferir que a luta armada da província angolana trouxe o mundo para a África e acelerou o interesse do Ocidente pela liberdade dos negros africanos do domínio branco, muito pelo fato de ressentirem o avanço da presença socialista.

Figura 10 – Propaganda Salazarista: antiamericanismo e anticomunismo¹³



Fonte: PIBID História (s,d)

Explorar os Estados Unidos e seu posicionamento sobre o conflito, em especial pela sua posição no bloco capitalista, é essencial. No entanto, outras unidades políticas atuaram para legitimar a luta de Angola, dentre elas a Organização de Unidade Africana (OUA). A OUA foi fundada em fevereiro de 1963 em uma conferência na cidade de Addis Abeba, Etiópia. Líderes

¹² Foreign Relations of the United States, 1961–1963, Volume XXI, Africa. Memorandum From Secretary of State Rusk to President Kennedy, Washington, July 10, 1963. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v21/d366>

¹³ PIBID História. Disponível em: <https://pibid.historia.ufg.br/n/145983-imperialismo-e-movimentos-de-libertacao-colonial-na-africa>

como Kwame Nkrumah, Presidente da Gana na época, sonhavam em transformar esse organismo em uma ponte para o pan-africanismo. Fracassando nesse objetivo, a OUA serviu para reafirmar o *status quo* territorial na África e acabar com o sonho de um continente unificado. Todavia, a Organização passou a comandar os esforços da autodeterminação africana e observavam como inaceitável a presença portuguesa na região (Best et all, 2015).

Em relação a Angola, seus esforços consistiam em tentativas de legitimar uma das forças armadas como a verdadeira liderança revolucionária, interessados em concentrar as verbas em um único grupo guerrilheiro. Inicialmente, em 1963, a OUA apoiou Holden Roberto e a FNLA a assumir essa posição, além de buscar reconhecimento internacional para a GRAE. Acreditando que essa ação iria forçar o MPLA a juntar-se a uma frente armada unificada, os resultados foram devastadores. Eles serviram apenas para enfraquecer o movimento, intensificar rivalidades e indiretamente causar a expulsão do MPLA de *Leopoldville*, capital do Congo (Guimarães, 1992).

A situação começou a mudar quando a OUA aceitou o MPLA como um movimento legítimo no ano seguinte, começou a apoiá-lo três anos depois, deixando de reconhecer o GRAE em 1967 e cortou seus laços com a FNLA em 1968 por considerar Holden Roberto incapaz de cooperar. A OUA empenhou-se em fazer as duas maiores forças armadas da revolução a cooperarem; seu intento conquistou sucessos provisórios, mas as diferenças ideológicas impediam uma aliança concreta. De forma geral a organização africana foi capaz de angariar recursos financeiros e militares para a luta armada. Porém suas decisões enfraqueceram ambos os movimentos, expandindo a ruptura existente e constituindo vantagens para os lusitanos (Guimarães, 1992).

Fora das organizações internacionais, Portugal continuou a utilizar-se da propaganda como forma de resistir às mudanças globais e coagir apoio externo. Em uma tentativa de pressionar os EUA a retomarem seu lado no conflito, o regime contratou uma companhia de relações públicas, *Salvage and Lee*, que atuou em território americano. A campanha pública angariou o apoio de jornalistas, membros do governo e empresários ao construir a narrativa de que os acontecimentos em Angola eram unicamente causados por uma interferência soviética e de que o governo estadunidense estava atacando um aliado essencial no combate ao comunismo. Mesmo que essa publicidade tenha conseguido melhorar a imagem portuguesa, a posição lusitana se tornou irreparável e o isolamento internacional manteve-se. Salazar aceitava esse processo, pois para ele era incabível perder o controle de Angola, mesmo que isso significasse a perda total do prestígio lusitano (Barroso, 2020).

Além de levantar a bandeira do perigo socialista, Portugal buscava diminuir as causas revolucionárias conectando-os com a barbárie e a selvageria. Em novembro de 1961, a Associação Portuguesa das Empresas do Ultramar enviou artigos para a revista *The Readers' Digest*, contendo informações de caráter propagandístico em defesa a Portugal¹⁴. Os autores dos artigos, Frank Howley e Max Yergan, apresentam-se como testemunhas oculares dos eventos em Angola. Apresentando Portugal como um injustiçado, acusado sem provas pela ONU, ambos atacam os revolucionários de representarem um retorno à selvageria tribal, com esquartejamentos e massacres.

Nos artigos publicados em 1961, e traduzidos para o português e encaminhados para Salazar, revelam que as forças armadas revolucionárias praticavam rituais e canibalismo, auxiliados no campo de batalha por feiticeiros e narcóticos. Complementando, criticaram abertamente a posição dos Estados Unidos, que deixavam Portugal aberto a uma investida do imperialismo socialista e da ideia racista contra os brancos, a “África para os africanos”. Para finalizar, os dois observadores pintavam uma imagem bela da sociedade angolana com a presença portuguesa. Comunicavam o fato de que a presença portuguesa, mesmo que imperfeita, perdurava a 400 anos e havia garantido sucessos em iniciativas civilizadoras. Descreveram a importância econômica da província ultramarina, a maravilhosa cidade de Luanda modernizada pelo projeto lusitano e concluíram que não existe distinção de cor em Angola e que brancos, pretos e mestiços sonhavam com uma Portugal unificada. Todas as informações apresentadas contradizem as análises desenvolvidas na produção dessa monografia, representando uma clara falácia na tentativa de conquistar o coração dos leitores para apoiarem a causa portuguesa na luta contra a selvageria.

Enquanto o período de 1950 a 1960 representou o desenvolvimento de certo prestígio internacional para Portugal como participante ativo na Guerra Fria, o conflito armado destruiu essa ascensão a partir de 1961. Com a pacificação da guerra no final daquele mesmo ano as discussões sobre Angola, enfraqueceram internacionalmente, mesmo com o constante questionamento do bloco afro-asiático. O projeto salazarista precisava de Angola; sem ela não seria possível manter a perspectiva interna de uma grande nação com uma importância global, uma terra de exploradores que haviam descoberto o mundo além do europeu. Angola era essencial para o Estado Novo, pois sem suas colônias Portugal perderia a exploração dos recursos africanos e o mais importante, não teria mais a narrativa que manteve o governo de

¹⁴ Os artigos estão no arquivo digital da Torre do Tombo. “Envio de artigos sobre Angola para publicação na revista "Reader's Digest", por iniciativa da Associação Portuguesa das Empresas do Ultramar”. Disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=3897083>. Acesso em: 22 nov. 2024.

Salazar no poder durante todos os quarenta e um anos em que existiu. Afastado da política em 1968, após cair de uma cadeira e sofrer lesões cerebrais, a política portuguesa pouco mudou, mesmo que o sucessor de Salazar, Marcelo Caetano, possuísse interesses reformistas em um sentido econômico voltado ao liberalismo ainda era favorável ao domínio das províncias ultramarinas (Da Silva, 2018). No entanto, é possível inferir que Caetano não possuía o mesmo controle quando comparado às três décadas de Antônio Salazar no poder. A estrutura política do Estado Novo foi construída pelo ditador para o ditador; seu fim representou a morte do regime.

CONCLUSÃO

Em conclusão, esse estudo dedicou-se a analisar a relação de Portugal e Angola em um contexto global complexo, como foi a Guerra Fria. O principal objetivo dessa monografia foi examinar o projeto nacionalista conduzido pelo regime salazarista, apresentando suas características, objetivos e consequências. O trabalho utilizou a história globalizada de Diego Olstein (2014) em uma tentativa de aprofundar a complexidade e perceber se fatores internacionais influenciaram o relacionamento entre metrópole e colônia.

A atividade inicial dessa monografia foi conduzir um histórico da nação lusitana e sua colônia. Estudar o passado do país foi essencial no esforço de compreender a política do século XX conduzida pelo ditador por quase quatro décadas. Essa pesquisa abordou assuntos importantes para a época em que o Estado Novo de Salazar comandava a política portuguesa: o nacionalismo e o colonialismo. Ambos os conceitos foram citados em conjunto durante a produção dessa monografia, pois eram indivisíveis no alicerce da política salazarista.

Nesse sentido, explorar a condição dos africanos e seu tratamento dentro do Império foi um processo necessário. Era preciso grifar como os negros viviam em meio a uma sociedade colonialista cuja existência era essencial para um projeto nacionalista. Esse projeto, em um sentido econômico, consistia em transformar Angola e as outras colônias em regiões lucrativas para a metrópole. No campo político representavam um método de enaltecer Portugal como uma grande potência, muito mais do que um pequeno país europeu. As evidências coletadas apontam que para o regime salazarista, as colônias eram parte fundamental de sua própria existência. Por isso elas se tornariam um recurso primordial, do qual Portugal lutaria para manter com qualquer método necessário.

Durante toda a história, o discurso português manteve-se idêntico. O reino, a república e a ditadura lusitana voltavam ao passado como argumento para a presença em território africano. A exposição histórica de uma Portugal desbravadora, que fazia parte da África há 400 anos levando a civilização a povos tribais está presente tanto na Conferência de Berlim de 1885 quanto nos artigos favoráveis a Portugal publicados em 1961. Não apenas isso, mas todos os governos usaram a população local como lucro e força de trabalho, uma administração racial. O reino iniciou a compra e venda de escravos; a república permitiu a entrada de empresas como a DIAMANG e a utilização dos nativos para trabalho forçado. Os dados analisados mostram que o Estado Novo possuía uma ambição colonial mais complexa que os antecessores, intensificando também a opressão contra a população negra. O regime centralizou o poder decisório administrativo nas mãos da metrópole pelo Ministério do Ultramar garantindo uma

baixa autonomia da província ultramarina. A abertura econômica favorecida pela antiga república foi enfraquecida e passou a depender majoritariamente do investimento português. Esse foi o método utilizado por Salazar para criar uma dependência de Angola para com Portugal. Mesmo que no papel Portugal apresentasse ao mundo, por meio do lusotropicalismo, uma sociedade civil isenta de conflitos raciais e voltada a assimilação de negros a civilidade, isso não ocorria.

O estudo indica que os nativos viviam em condições precárias e próximas à escravidão. A chegada de novas ondas de imigrantes brancos após a Segunda Guerra Mundial colocou os negros em uma condição ainda pior dentro de Angola. O fator “ser branco” era uma vantagem para encontrar trabalhos nas grandes cidades e garantir melhor qualidade de vida. A PIDE operou em território angolano, não apenas persignando dissidentes, mas também estudando as etnias da região enviesados no nacionalismo português. Os fatos descritos aqui indicam que nunca houve uma sociedade racialmente justa em Angola.

Os grupos integrantes da sociedade perceberam que não conseguiriam escapar desse controle se não pela luta armada. O nacionalismo angolano foi um processo longo que culminou, em conjunto com as ideias difundidas por toda o continente, de que a África era para os africanos. A consequência da Guerra Colonial foi um movimento opositorista a Portugal nas instituições internacionais, em principal a ONU. O regime de Salazar, que havia passado mais de uma década construindo uma política externa participativa da Guerra Fria com as atividades da PIDE e a concessão de Açores percebeu sua estratégia ruir. O sucesso no conflito contra o MPLA, FNLA e UNITA ocorreram com o sacrifício do prestígio internacional.

É possível inferir que o projeto nacionalista representava um anacronismo histórico. A visão de mundo do Estado Novo refletia a continuidade do status quo. Salazar, o grande padroeiro desse processo olhava para o passado e se agarrava a uma noção histórica de glória, tentando retornar a essa época em que Portugal era relevante. Esse projeto justificava o controle de Salazar, pois gesticulava com a sociedade nacional e internacional de que Portugal continha uma importância tanto no passado quanto no presente. Em 1961, ambos os nacionalismos se chocaram e Portugal mostrou que faria qualquer ato para manter o controle. O embate entre Portugal e Angola era o conflito entre aqueles que pensavam no passado contra os que observavam o futuro. Os dados evidenciam que a história globalizada foi relevante para a relação de Portugal e Angola. O crescimento do anticolonialismo internacional resultou na expansão do nacionalismo interno de Angola. Externamente, a presença do bloco afro-asiático conseguiu angariar apoio de potências estrangeiras, opondo-se a presença portuguesa dentro de Organizações Internacionais.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, José Freire. *Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*. 1. ed. Alfragide: D. Quixote, 2013.
- BALL, Jeremy. *The History of Angola*. Oxford Research Encyclopedia of African History, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/69619393/The_History_of_Angola. Acesso em: 5 de setembro de 2024.
- BAROSSO, Luís. *Portugal's Resistance to Decolonization and the "White Redoubt" (1950–1974)*. Oxford Research Encyclopedias, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347439788_Portugal's_Resistance_to_Decolonization_and_the_White_Redoubt_1950-1974. Acesso em: 24 de setembro de 2024.
- BEST, Antony. et al. Africa: decolonization and independence, 1945–2014. In: BEST, Antony. et al. *International History of the Twentieth Century and Beyond*. 2. Ed. London: Routledge, 2015. p. 441-447.
- BIRMINGHAM, David. *A short history of modern Angola*. Oxford University Press, 2015.
- BRASIL. Decreto nº 19.841. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça. *Presidência da República*, Rio de Janeiro, 1945. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm. Acesso em: 23 de outubro de 2024.
- BRINKMAN, Inge. Routes and the War for Independence in Northern Angola (1961-1974). *Canadian Journal of African Studies*, 2006. Acesso em: 17 de novembro de 2024.
- CAREGNATO, Lucas. Domínio colonial português em Angola nos séculos XV e XVI. X *Encontro Estadual de História*, 2010. Disponível: http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279060711_ARQUIVO_Artigo-ANPUH-RS-Corrigidoerevisado.pdf. Acesso em: 5 de setembro de 2024.
- COELHO, Teresa Pinto. VI - *Lord Salisbury's 1890 Ultimatum to Portugal and AngloPortuguese Relations*. University of Oxford, 2014 Disponível em: https://public.mml.ox.ac.uk/files/windsor/6_pintocoelho.pdf. Acesso em: 3 de outubro de 2024.
- DA SILVA, Antônio Carlos Matias. *Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências*. Faculdade Damas, 2018. Disponível em: <https://revistas.faculdadedamas.edu.br/index.php/neari/article/download/660/544>. Acesso em: 18 de setembro de 2024.
- DE LEON, Daniel. The Conference at Berlin on the West-African Question. *Political Science Quarterly*, 1(1), 103–139, 1886. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2139304?seq=30>. Acesso em: 5 de setembro de 2024.
- GUIMARÃES, J.C. The origins of the Angolan civil war. International politics and domestic political conflict 1961-1976. *The London School of Economics and Political Science*, 1992. Disponível em: <https://etheses.lse.ac.uk/2414/>. Acesso em: 12 de setembro de 2024.

HARVEY, John Whitney. *Politics, Commerce, and Colonization in Angola at the Turn of the Eighteenth Century*. Universidade Nova de Lisboa, 2012. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/9440/1/johnharvey.pdf>. Acesso em: 19 de setembro de 2024.

KELTIE, John Scott. *The Partition of Africa*. 2. ed. London: Edward Stanford, 1895. Disponível em: <https://archive.org/details/partitionofafri00kelt>. Acesso em: 5 de setembro de 2024.

LIMA, Priscila Henriques. Controle dos corpos, controle das mentes: a necropolítica aplicada em Angola durante o governo salazarista (1926-1968). *Veredas da História*. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/51348/27646>. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

MACMILLAN, Harold. *The Wind of Change*. Discurso apresentado em 3 de fevereiro de 1960 no Parlamento da União da África do Sul. Disponível em: <https://web-archives.univ-pau.fr/english/TD2doc1.pdf>. Acesso em: 25 novembro de 2024.

MENDONÇA, Anderson Guimarães. O salazarismo e a PIDE: Política de repressão em Angola. *Faces da História*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 297–315, 2018. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1233>. Acesso em: 25 de abril de 2024.

MERELES, Carla. Nacionalismo: o que é? *Politize!*, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/nacionalismo/>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

MINTER, William. Imperial Network and External Dependency: The Case of Angola. *International Studies Series*, 1972. Disponível em: https://www.academia.edu/70071868/INTERNATIONAL_STUDIES_SERIES. Acesso em 19 de setembro de 2024.

NETO, Maria da Conceição. De Escravos a “Serviçais”, de “Serviçais” a “Contratados”: Omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial. *Cadernos de Estudos Africanos*, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/1391#quotation>. Acesso em: 28 de novembro de 2024.

NEWITT, Malyn. *Portugal in European and World History*. London: Reaktion Books, 2009.

OLSTEIN, Diego. *Thinking History Globally*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014.

PACHECO, Luís; COSTA, Paulo; TAVARES, Fernando. História económico-social de Angola: do período pré-colonial à independência. *CEPESE*, 2018. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/populacao-e-sociedade-n-o-29/historia-economico-social-de-angola-do-periodo-pre-colonial-a-independencia>. Acesso em: 20 de setembro de 2024.

PIMENTEL, Irene Flunser. *O essencial sobre a PIDE*. Lisboa: Leya, 2023.

RAMPINELLI, W. J. *Salazar: uma longa ditadura derrotada pelo colonialismo*. Lutas Sociais, [S. l.], v. 18, n. 32, p. 119–132, 2014. DOI: 10.23925/ls.v18i32.25696. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25696>. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

PIRES, Ana Paula. As letras de uma revolução: a implantação da república em Portugal a 5 de outubro de 1910. *Revista Estudos Históricos*, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/65862/68281>. Acesso em: 12 de setembro de 2024.

ŠTEPÁNOVÁ, Petra. *O salazarismo e a guerra de angola na historiografia e no romance os cus de judas de Antonio Lobo*. Masarykova Univerzita, 2007. Disponível em: https://is.muni.cz/th/r2jro/bakalarka_pt.pdf. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

TRAUMANN, Andrew.; MENDES, Fernanda. A partilha da África e o holocausto que o mundo não reconheceu. *Revista Relações Internacionais no Mundo Atual*, n. 20, v. 1, p. 253-274, 2015. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/download/1238/371373047>. Acesso em: 5 de setembro de 2024.

RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

ANEXO I
APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante **PEDRO AUGUSTO GOMIDE VARGAS PINHEIRO** do Curso de Relações Internacionais matrícula 20211004300197 (e-mail: pgomidevp@gmail.com) na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado PORTUGAL, ANGOLA E O MUNDO GLOBAL: DO IMPÉRIO AOS MOVIMENTOS DE INDEPENDÊNCIA gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 12 de dezembro de 2024.

Assinatura do(s) autor(es):

Nome completo do(s) autor(es): Pedro Augusto Gomide Vargas Pinheiro

Assinatura do professor orientador:

Nome completo do professor orientador: Danillo Alarcon